

RELATÓRIO DE **GESTÃO**

2019



**ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE**

RELATÓRIO DE **GESTÃO**

2019



ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE



Sumário



8		Apresentação
10		Ações Institucionais
28		Pós-Graduações Lato Sensu
36		Pós-Graduações Stricto Sensu
44		Cursos Presencial e à Distância
70		Eventos
108		Relatório de Atividades





Institucional



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), órgão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, foi criada em 1998, em cumprimento ao preceito constitucional contido no artigo 93, inciso II, alínea “c”, e inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil, em sua redação original. No âmbito estadual, sua regulamentação se deu com a Resolução nº 005, de 1998, do órgão Especial do Tribunal de Justiça. A Escola é uma instituição de ensino superior governamental credenciada desde 2011 no Conselho Estadual de Educação por meio do Decreto nº 4.326, de 21 de junho de 2011, avaliada com nota 5, dotada de certificação internacional ISO 9001:2015 além de integrar o sistema e-Mec e a Plataforma Sucupira da Capes.

A Esmat é dotada de autonomia financeira, vinculada ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins, e tem como finalidade precípua assegurar a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, sendo elemento essencial ao aprimoramento da prestação jurisdicional. É, portanto, uma Escola de Governo. Com vista a alcançar bons resultados no cumprimento das suas obrigações institucionais, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) estabeleceu e definiu como referenciais estratégicos:

Missão

“Formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional.”

Visão

“Ser reconhecida pela excelência na formação e aperfeiçoamento dos magistrados e servidores, com fomento à pesquisa, extensão e boas práticas, objetivando o aprimoramento da prestação jurisdicional.”

Valores

Ética – Moral – Cultura – Respeito – Urbanidade – Dedicção ao Estudo e ao Trabalho – Responsabilidade

Política de Qualidade

Melhorar continuamente o processo de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores, respeitando a legislação estabelecida.

Rev 01



Apresentação



Este Relatório consolida as atividades acadêmicas e institucionais realizadas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) no ano de 2019 e contempla, de forma abrangente, as ações de uma Gestão que preza pela realização de projetos consistentes, capazes de gerar conhecimento e, principalmente, desencadear ações de qualidade com dinamicidade e conectada às necessidades da jurisdição.

Temos trabalhado na perspectiva de projeção para o futuro, com um planejamento estratégico consolidado, investimentos em tecnologia e a realização de cursos de formação *lato* e *stricto sensu*. Precisamos de uma qualificação que transcenda o Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário em si, é preciso ter uma função social enquanto Instituição de Ensino, não só na capital Palmas, mas em todo o estado do Tocantins. O conhecimento não pode ser algo individualizado, somente utilizado no exercício de uma função, há uma responsabilidade social de todo o Judiciário.

Em detrimento a isso, a Escola realizou, em 2019, diversas atividades de ensino que contemplaram, além do quadro de servidores e magistrados do Tribunal de Justiça, a participação de servidores de outros órgãos, servidores do sistema de justiça, advogados, professores, acadêmicos e a comunidade em geral. Foram realizadas 140 atividades, dentre cursos e eventos, que promoveram a capacitação de mais de 5.000 pessoas.

As perspectivas de qualificação em cursos *lato* e *stricto sensu*, de alta qualidade para o Poder Judiciário, são as melhores possíveis, em 2019 a Escola concluiu três cursos próprios de especialização em Direito Privado, Combate à Corrupção e Prática Judiciária; dois mestrados estão em andamento, o de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos – em sua oitava turma; e o de Modelagem Computacional de Sistemas – com a consecução de projetos na área da inteligência artificial no âmbito do Poder judiciário –; também seguem em andamento as aulas do doutorado em Desenvolvimento Regional – turma esta formada por magistrados do Tribunal de Justiça –; e já previsto o início das aulas de mais dois Doutorados, em 2020, na área do Direito, uma parceria com a PUC-Rio e a UniCEUB.

Todas essas realizações só foram possíveis graças à coletividade de todos os servidores da Escola, os membros do Conselho Institucional e Acadêmico da Esmat, cuja expressão maior é o presidente do Tribunal de Justiça, nesta gestão o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, magistrado que tem um brilhante histórico no Poder Judiciário do Tocantins e não tem medido esforços para o avanço Judiciário como um todo, dando todo respaldo à Diretoria da Esmat, para que seja possível executar todos estes atos importantes, até então desenvolvidos pela Escola.

É com uma visão transcendente que, hoje, vejo a Esmat como uma Instituição muito bem instalada, com recursos adequados e necessários para consecução das suas atividades, de forma célere e eficaz.

Desembargador Marco Villas Boas
Diretor Geral da Esmat





Ações Institucionais

ESMAT TERÁ NOVO BIÊNIO DIRIGIDO PELO DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense estará por mais um biênio sob a Direção Geral do desembargador Marco Villas Boas. Em seu quarto mandato consecutivo, o desembargador se tornou o maior incentivador do desenvolvimento e aprimoramento intelectual de magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense. A posse ocorreu no dia 1º/2, durante Sessão Solene realizada no Tribunal Pleno, onde também foi empossada a nova Diretoria do Tribunal de Justiça. Na oportunidade, a desembargadora Etelvina Sampaio também foi reconduzida ao cargo de diretora adjunta da Esmat.

Como presidente, tomou posse o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto. Em seu discurso, o presidente ressaltou a importância da Esmat para esse novo tempo. “Abraçaremos os desafios da nova era na busca de incorporar, ao que é mecânico, ferramentas tecnológicas modernas inovadoras, priorizando a intelectualidade humana para atividade-fim. Para tanto, confiamos no apoio, como sempre foi dado, da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, órgão de excelência desta Corte,” ressaltou Maia.

A nova mesa diretora tem como vice-presidente, a desembargadora Ângela Prudente. Na Corregedoria Geral da Justiça o desembargador João Rigo como corregedor-geral, e a desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe como vice-corregedora. O desembargador Moura Filho é o novo ouvidor judiciário, tendo o desembargador Eurípedes Lamounier como ouvidor judiciário substituto.

A presidente da Asmeto, juíza Julianne Marques, ressaltou o trabalho realizado pelo desembargador Marco Villas Boas à frente da Escola ao lado da diretora adjunta, desembargadora Etelvina Sampaio. “Desembargador Marco, parabéns pelo excelente trabalho na Direção da Esmat, ao lado da desembargadora Etelvina, como diretora adjunta. Alçando voos cada vez mais altos, agora nossa Escola, que sempre foi motivo de orgulho para o judiciário tocantinense, conta com doutorado, além do mestrado, pós-graduação e diversos cursos que buscam capacitar todos os integrantes do sistema de justiça, para que a população tocantinense seja beneficiária de uma justiça cada vez mais qualificada”, frisou a magistrada.





ESMAT, UFT E DEFENSORIA PÚBLICA ASSINAM TERMO PARA GRANDE PARCERIA

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, recebeu, na sede da Esmat, as defensoras públicas Estellamaris Postal e Maria do Carmo, que ao lado do professor doutor Gustavo Paschoal participaram do ato de assinatura do Termo de Compromisso referente ao Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) – Nível Mestrado. O Programa é uma parceria entre a ESMAT e a UFT, que irá disponibilizar vagas à Escola da Defensoria, cujos produtos de pesquisa elaborados no curso deverão ser destinados ao aperfeiçoamento de defensores públicos e servidores. “A Esmat amplia a sua estrutura educacional a diversos outros órgãos do direito no Estado com a única finalidade de que juntos possamos trabalhar para o aperfeiçoamento da área da Prestação Jurisdicional e de Direitos Humanos, sob as perspectivas das questões jurídicas, sociais, políticas, culturais e ambientais relacionadas às problemáticas institucionais, objetivando a melhoria da assistência jurídica ao público-alvo dos órgãos aos quais se somam à Esmat”, ressaltou o desembargador Marco Villas Boas.

Para a subdefensora pública geral, Estellamaris Postal, “esse sempre foi um grande sonho. Há muito tempo idealizamos esse projeto de capacitação de nossos defensores e servidores e agora, com essa assinatura, consolidamos a entrada no Mestrado, que é o grande pilar da Defensoria em termos de capacitação de nossos membros. A Esmat é um grande referencial para nós que ainda estamos engatinhando com a nossa escola; sem dúvida contamos com a Esmat para avançarmos cada vez mais”.

A diretora Maria do Carmo, demonstrou grande alegria ao efetivar o Termo. “Esse Mestrado é de fato muito esperado por nós, e é com muita alegria que assinamos o Termo nesta tarde. Só temos a agradecer ao desembargador Marco Villas Boas e à UFT por essa oportunidade. Esperamos que os defensores e servidores contemplados com as vagas deem o valor necessário ao curso”.

Assinaram o termo o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas; a subdefensora pública geral, Estellamaris Postal; a diretora geral da ESDEP, defensora Maria do Carmo Cota; e o coordenador do PPGPJJDH-UFT, professor doutor Gustavo Paschoal. Participaram também da reunião o diretor adjunto da Esmat, juiz José Ribamar Mendes Júnior; a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto; e as assessoras Maria Luiza Nascimento e Débora Galan.



ESMAT E MINISTÉRIO PÚBLICO CELEBRAM CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE MESTRADO PELA UFT



O ato de assinatura do Termo de Compromisso referente ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) – Nível Mestrado – foi assinado no dia 8 de fevereiro, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, pelo diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, desembargador Marco Villas Boas, pelo procurador-geral de Justiça do Tocantins, José Omar de Almeida Júnior; pela procuradora de Justiça, Vera Nilva Álvares Rocha Lira e pelo professor doutor Gustavo Paschoal, coordenador do programa de mestrado.

O Programa de Mestrado (PPGPJDH), uma parceria entre a UFT e a Esmat, passa a reservar as vagas ao Ministério Público que, por sua vez, irá destinar os produtos de pesquisa elaborados durante o curso ao aperfeiçoamento de procuradores, promotores de justiça e servidores do MPE-TO. O objetivo final é promover a garantia dos direitos humanos e melhorar a prestação jurisdicional ao cidadão tocantinense.

“A política da Esmat de oferecer a sua estrutura educacional às diversas instituições do Estado, como o Ministério Público, por exemplo, tem o objetivo de promover o aperfeiçoamento dos profissionais que trabalham na área da prestação jurisdicional e dos direitos humanos, sempre com a finalidade de melhorar a assistência jurídica ao cidadão. Ficamos felizes por celebrar mais essa parceria, que terá a sociedade como principal beneficiada”, afirmou o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas.

Para a coordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF), procuradora de justiça Vera Nilva Álvares Rocha Lira, “Uma das prioridades do Ministério Público é a qualificação contínua do seu corpo de membros e servidores. Este mestrado vem para enriquecer ainda mais o nosso objetivo”.

O procurador geral de Justiça, José Omar Almeida Júnior, destacou o trabalho da coordenadora do Cesaaf, Vera Nilva, na celebração do convênio. “Esse convênio representa o início de uma sólida parceria com a Esmat, que começou com o trabalho da doutora Vera Nilva e hoje foi coroado com a assinatura deste termo de parceria”.

Para o coordenador do Mestrado, professor doutor Gustavo Paschoal, “é uma honra para a UFT poder auxiliar o Ministério Público no processo de aperfeiçoamento dos seus membros e servidores, por meio deste convênio”.

Também participaram da reunião o promotor de justiça aposentado, José Kasuo Otsuka; a promotora de justiça, Maria Cotinha Bezerra Pereira; a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto; e as assessoras Maria Luiza Nascimento e Débora Galan.

“É nossa missão institucional garantir a prestação de uma Justiça cada vez mais eficiente ao cidadão. Este convênio é mais uma demonstração do compromisso do Poder Judiciário com o aprimoramento da Justiça tocantinense”.

*Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto
Presidente do Tribunal de Justiça*

DIRETOR GERAL DA ESMAT INTEGRRA, COMO CONVIDADO ESPECIAL, ASSEMBLEIA DA ONU NO RIO DE JANEIRO

A Assembleia Geral do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção ao Crime, programa do Instituto Latino Americano (ILANUD) da Organização das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e à Justiça Criminal, foi realizado no Rio de Janeiro, nos dias 8 e 9 de abril, e teve em sua solenidade de abertura a palestra do professor e ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso. Com a fala de participantes de vários países como Argentina, Japão, Áustria e Estados Unidos, entre outros assuntos da pauta, foram discutidos no evento os direitos humanos para a superação da pobreza e a vulnerabilidade das pessoas e a necessidade de se fazer mais eficaz a função da governança em impor melhorias aos indicadores de qualidade de vida e bem-estar na América Latina, além dos estudos para o projeto da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social da ONU a ser apresentado ao governo brasileiro.

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, foi o único convidado externo que participou da reunião, engajado na luta pela implantação da Universidade da ONU no Brasil.

Segundo Villas Boas, a participação da Escola Superior da Magistratura Tocantinense contribuirá para o fortalecimento de estratégias e esforços para o enfrentamento de importantes desafios para as sociedades latino-americanas, como a paz, a justiça, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, especialmente tendo em vista todas as ações que a Escola já realiza na defesa e promoção aos direitos humanos desde a implantação do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos em parceria com a Universidade Federal do Tocantins.

ILANUD

O Instituto das Nações Unidas para América Latina e Caribe tem sede em San José, na Costa Rica, e está vinculado ao escritório da ONU sobre Drogas e Crimes (UNODC), e reúne dezenove países da América Latina.



DIRETOR GERAL DA ESMAT VIAJA EM MISSÃO INSTITUCIONAL

Com compromissos agendados na Organização das Nações Unidas (ONU), a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, representada pelo seu diretor geral Marco Villas Boas, embarcou numa missão institucional aos Estados Unidos da América (EUA), com o propósito de firmar parcerias com organizações e universidades renomadas internacionalmente, para realização de atividades de formação e aperfeiçoamento.

Além de participar como debatedor e palestrante do curso de Direito Comparado Brasil – Estados Unidos da América, na sede da *California Western School of Law*, ação de especialização técnica de magistrados, promovida pela Escola Nacional da Magistratura (ENM) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o diretor geral da Esmat também implementou ações de desenvolvimento institucional em visita oficial à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), à sede da Organização das Nações Unidas (ONU), com compromisso agendado com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), além de ser recebido na Universidade Columbia (*Institute for the Study of Human Rights*), *John Jay College of Criminal Law*, *Thomas Jefferson School of Law* e na organização *Robert F. Kennedy Human Rights*.

As visitas visaram obter cooperação destas instituições ligadas à defesa e aos estudos de Direitos Humanos, principal área do Mestrado Profissional e Interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, ofertado pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Para o desembargador Marco Villas Boas, “o intercâmbio com instituições renomadas abre uma importante oportunidade de consolidação dos programas de formação, *lato e stricto sensu* da Esmat, tendo em vista as expertises científico-acadêmicas e de atuação humanitária dessas destacadas organizações”.

LABORATÓRIO DE IA VAI CONTRIBUIR PARA MELHORIA DAS ROTINAS DE TRABALHO NO JUDICIÁRIO

A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) passou a contar com um Laboratório Interdisciplinar de Inteligência Artificial (LLIARES) para aplicação de soluções no fluxo processual do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). A Portaria nº 6, de 2019, que institui a estrutura, foi publicada no Diário da Justiça, em 12 de abril de 2019. Conforme o ato, as soluções de inteligência artificial serão aplicadas em rotinas de trabalho como classificação automática dos processos recursais, de acordo com a Tabela Unificada de Assuntos criada pela Resolução nº 46, de 2007 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); extração automática dos dispositivos legais apontados como violados pelo recorrente, e indexação desses dados no sistema informatizado para fins de triagem.

De acordo com o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, o investimento foi pensado levando em consideração o expressivo aumento da produtividade do Judiciário com o surgimento do processo eletrônico e a necessidade de geração de economia dos recursos públicos. “Com o laboratório será possível desenvolver mecanismos artificialmente inteligentes que auxiliem na compreensão, classificação, organização, pesquisa, apoio e na solução de demandas do Judiciário; dessa forma, a inteligência artificial precisa ser estudada, pensada e desenvolvida, estabelecendo-se seu grau de certeza, alcance e limites éticos para o uso na jurisdição”, afirmou.

O laboratório vai funcionar como um recurso para integração da área judicial do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com a Inteligência Artificial para concepção de sistemas jurisdicionais inteligentes; assim como espaço para propor soluções, a fim de aumentar a produtividade e a eficácia do trabalho realizado pelas unidades, promover a melhoria do sistema classificatório dos processos e da qualidade dos dados, e contribuir para automação e racionalização das rotinas de trabalho.

DIRETOR GERAL DA ESMAT PARTICIPA DE CURSO SOBRE PROCEDIMENTOS NO DIREITO COMPARADO – BRASIL E EUA

O desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, diretor geral da Esmat, cumpriu agenda institucional nos Estados Unidos e participou do curso sobre Procedimentos no Direito Comparado, promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O curso foi realizado no período de 17 e 19 de abril, na California *Western School of Law*, em *San Diego* (Estados Unidos). A programação contou com a participação de renomados juristas, sendo a palestra de abertura ministrada pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), Paulo de Tarso Vieira Sanseverino, doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na sua intervenção como debatedor, no painel sobre violência doméstica no Direito Comparado Brasil/Estados Unidos, o desembargador Marco Villas Boas destacou a importância do direito americano para a construção do Direito Internacional dos Direitos Humanos em matéria de Direitos da Mulher e da Criança e do Adolescente, a partir da construção de soluções jurídicas dos casos (*stare decisis*), dos estudos doutrinários dos casos e da legislação. “A partir dessa perspectiva, é possível observar que o sistema americano alcança homens, mulheres e crianças, diferentemente do Direito Brasileiro, que possui sistemas distintos de proteção da mulher e da criança em relação à violência doméstica. A interpretação dos direitos à igualdade e à privacidade, conforme assegurados na Constituição dos Estados Unidos, justifica a ideia de universalização do sistema protetivo americano, de modo a incluir mulheres, crianças, adolescentes e até mesmo os homens”. Villas Boas observou que o americano valoriza o seu direito como matriz liberal e libertarista, que prestigia os direitos fundamentais, razão pela qual o controle de convencionalidade é algo estranho para os juízes americanos, que vêm o seu sistema jurídico aberto para a melhor solução para cada caso concreto.



DESEMBARGADOR MARCO VILLAS BOAS PARTICIPA DE REUNIÃO NA SEDE DA ONU

Cumprindo agenda institucional na sede da ONU, em Nova York, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, se reuniu com Rafael Celso de Araújo da Silva, gerente associado do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), órgão operacional da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo é auxiliar diferentes parceiros a implementar projetos de ajuda humanitária, desenvolvimento e construção da paz, nos contextos mais complexos da atualidade, mediante práticas sustentáveis, tendo mais de vinte escritórios em diferentes países do mundo.

"Essa troca de informações com uma das mais importantes organizações internacionais de defesa e estudos sobre Direitos Humanos em todo o mundo, sempre engajada no cumprimento do que dispõe o preâmbulo da Carta das Nações Unidas, que reafirma como ideais “a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas” é sem dúvida, um grande passo para a Esmat, ressaltou Villas Boas.

Durante a reunião, o desembargador Marco Villas Boas oficializou o convite ao gerente do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos, Araújo da Silva, para ministrar palestra na X Edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos, a ser realizado na cidade de Palmas-TO, em novembro de 2019. O Congresso é organizado pelo Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, e aberto a toda a comunidade com o objetivo de discutir e entender que Direitos Humanos é pilastra-mestra na construção de um verdadeiro estado democrático de direito.

No oportunidade o diretor geral outorgou o Medalhão Esmat ao senhor Rafael Celso de Araújo da Silva, como reconhecimento por sua contribuição à defesa dos Direitos Humanos.



DIRETOR DA ESMAT CUMPRE AGENDA INSTITUCIONAL EM BRASÍLIA

No dia 6 de maio, o desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas se reuniu com o juiz Sérgio Ricardo de Sousa, diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), com o objetivo de firmar parceria entre a ESMAT e a ENM na realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores do Poder Judiciário Brasileiro. Neste primeiro momento, a proposta é a realização do curso “Estratégia de Segurança e Direitos Humanos”, do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção ao Crime (COPLAD) da Organização das Nações Unidas (ONU). Na oportunidade, o desembargador Marco Villas Boas parabenizou o juiz Sérgio Ricardo pelas ações realizadas à frente da Escola Nacional da Magistratura e fez a outorga do Medalhão Esmat em reconhecimento à sua contribuição ao engrandecimento do Poder Judiciário do Tocantins, voltada à pesquisa científica, à disseminação do conhecimento, ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à defesa dos Direitos Humanos.

Cumprindo a agenda, em Brasília, Villas Boas participou da reunião com a Comissão Executiva do Copedem, (7/5), que teve como pauta a realização dos dois próximos Encontros do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). O XLVIII Encontro será realizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, no período de 13 a 15 de junho, e o XLIX Encontro em Florianópolis, Santa Catarina, nos dias 12, 13 e 14 de setembro de 2019. Ao iniciar a reunião, o diretor geral da Esmat apresentou um breve relato de sua recente viagem Institucional aos Estados Unidos e das tratativas iniciadas com a Organização das Nações Unidas (ONU) para a formalização de Termo de Cooperação para realização de cursos. Ressaltou a importância de discussão no âmbito das Escolas Judiciais e da Magistratura sobre o uso da Inteligência Artificial nas ações do Poder Judiciário.



VISITA INSTITUCIONAL AOS ESTADOS UNIDOS ENCERRA COM EXPECTATIVAS DE PARCERIAS INTERNACIONAIS



O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, encerrou sua visita institucional aos Estados Unidos a importantes Instituições ligadas à defesa dos Direitos Humanos: a *John Jay College of Criminal Justice* e a *Columbia University – Institute for the Study of Human Rights*.

Durante a viagem institucional, Villas Boas visitou a *John Jay College of Criminal Justice*, uma das principais Instituições de Justiça Criminal e Artes Liberais do país. O colégio reúne professores e estudantes de graduação/pós-graduação premiados em diversas disciplinas de artes liberais para se engajar em questões de justiça e diversidade, com objetivos mais amplos de educação em justiça criminal. Seguindo com compromissos institucionais, o desembargador Villas Boas estreitou relações com o *Institute for the Study of Human Rights*, primeiro centro acadêmico do mundo a ser fundado com o compromisso interdisciplinar de estudo dos direitos humanos, que tem como principais objetivos: fornecer educação interdisciplinar sobre direitos humanos a estudantes da Columbia; fomentar pesquisa acadêmica inovadora; e oferecer sua experiência em capacitação para líderes, organizações e universidades de direitos humanos em todo o mundo.

Concluiu agenda institucional com visita à *RFK Partners for Human Rights*, organização presidida pela doutora Kerry Kennedy, que desde 1968 trabalha por um mundo mais pacífico e justo. Nos Estados Unidos e no exterior, seus programas têm proporcionado a efetivação dos direitos humanos e educado milhões de estudantes em defesa destes direitos, promovendo uma boa abordagem social para ações e mudanças positivas na sociedade.

“Interdisciplinaridade, alto desempenho e um aprendizado transformacional extraem e complementam os pontos fortes que há muito caracterizaram a vida acadêmica destas Instituições. Acredito que esta parceria irá beneficiar o Poder Judiciário Tocantinense no que tange à defesa e ao estudo dos Direitos Humanos, de forma significativa e transformadora”, ressaltou o desembargador Marco Villas Boas.

DIRETOR GERAL DA ESMAT BUSCA NOVAS PARCERIAS PARA CURSOS DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Em junho de 2019, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, participou de reunião, em São Paulo, na sede da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), que teve como pauta firmar termo de cooperação para a realização de cursos em conjunto com o Poder Judiciário Tocantinense.

Cumprindo a agenda, Villas Boas visitou o renomado jurista Ives Gandra da Silva Martins, fundador e presidente emérito do CEU Law School – Instituto Internacional de Ciências Sociais (CEU-IICS), com o objetivo de realizar novos projetos de formação e aperfeiçoamento para magistrados e servidores tocantinenses, dando continuidade ao Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica firmado, em novembro de 2017, entre o Tribunal de Justiça do Tocantins e o Instituto Internacional de Ciências Sociais (IICS).



ANBIMA

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) foi criada, em 2009, como resultado da união entre a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANDIB) e a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA). O modelo de atuação da associação é organizado em torno de quatro compromissos: representar, autorregular, informar e educar. Tem como missão fortalecer a representação do setor e apoiar a evolução de um mercado de capitais capaz de financiar o desenvolvimento econômico e social local e influenciar o mercado global.

CEU – IICS

Fundado em 1972, em São Paulo, pelo eminente jurista doutor Ives Gandra da Silva Martins, tem como missão formar profissionais de excelência e sentido humanístico, capazes de servir a sociedade e promover seu desenvolvimento por meio do exercício da liderança e prestação de serviço jurídico de excelência. A Escola foi o primeiro centro de pós-graduação não universitário a outorgar o título de especialização lato sensu em Direito Tributário no Brasil.





PODER JUDICIÁRIO TOCANTINENSE PRESENTE NO ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA – ENAJUS 2019

Realizado em agosto, o Encontro de Administração da Justiça (EnAJUS), teve como tema central *Desafios da Administração da Justiça no Século XXI*. Promovido em conjunto pela Universidade de Brasília (UnB), pelo Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sociais (IBEPES) e pelo Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), o Encontro de Administração da Justiça é um espaço de diálogo entre professores, pesquisadores, técnicos, gestores públicos e formuladores de políticas públicas, operadores do direito e alunos de graduação e pós-graduação interessados no tema.

Participaram do Evento o juiz Wellington Magalhães, 3º diretor adjunto da Esmat – Conselho de Altos Estudos e Pesquisa Científica – na qualidade de Coordenador da SESSÃO 1 (apresentação de trabalhos). Durante a sessão foram apresentados os trabalhos: *Embates Institucionais para Além da Judicialização da Saúde – Sobreposições de Poderes no Caso da Pílula do Câncer –*; *Tipologias de Decisões, Padrões Isomórficos e Redes de Stakeholders: Previsibilidades Estruturais no Judiciário*; *Inovação, Inteligência e Indicadores do Poder Judiciário para o Desenvolvimento Sustentável*; *Processos Judiciais Eletrônicos: Desafios para a Gestão a partir da Arquivologia e da Ciência da Informação*.

Já o magistrado Ricardo Gagliardi, juiz de direito de 2ª Entrância – Comarca de Colmeia-TO – participou do Encontro de Administração da Justiça 2019, na qualidade de apresentador, na SESSÃO DE TRABALHOS 7, com o tema *Gestão Estratégica Local: Busca da Eficácia da Justiça Cível* (Artigo Empírico).

Para a assessora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Maria Luiza C. P. Nascimento, representante da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no Evento, "o intercâmbio de experiências entre atores do sistema de justiça e a academia é de importância inquestionável no universo da Administração da Justiça; durante o Encontro de Administração da Justiça é possível conhecer práticas exitosas de gestão de processos judiciais, de tecnologia e de gestão da educação corporativa, e ter a oportunidade de apresentar nossas ações e estabelecer contatos importantes para uma justiça mais eficaz e eficiente".

ESMAT REALIZA AUDITORIA INTERNA SGQ - ISO 9001:2015

Com o objetivo de verificar a conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), nos requisitos da Norma ISO 9001:2015, a Esmat realizou, no período de 26 a 28 de junho, auditoria interna dos seus processos. As ações visaram aferir os controles, medindo a qualidade dos serviços prestados e a melhoria contínua dos serviços. Diretoria Executiva, Núcleos de Formação (NUCAS e NUFAM), Divisão Financeira, Biblioteca, Supervisão Tecnológica e Secretaria Acadêmica integraram o processo de auditoria interna, realizado pelo auditor Ivan Augusto Gonçalves.

Durante a reunião de encerramento foi exposto o relatório final, que apresentou resultados satisfatórios nos processos desempenhados pela Escola, que tem como escopo o "Desenvolvimento de competências individuais e organizacionais para a melhoria da prestação jurisdicional, por meio de cursos e eventos".

Segundo o auditor Ivan Augusto, "A melhoria contínua de qualquer atividade só é possível quando existe monitoramento. Nesse sentido, a auditoria interna se configura como uma ferramenta imprescindível para o alcance dos objetivos planejados".

Participaram da reunião de encerramento a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto, e os responsáveis pelo Sistema de Gestão da Qualidade da Esmat, Andreia Marinho, Jadir Oliveira, Lucilene Silva, Lily Sany Leite, Lilian Gama, Cynthia Aires e Vinícius Fernandes.



ESMAT RECEBE RECOMENDAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO 9001:2015

No dia 6 de agosto, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) encerrou mais uma importante etapa para manutenção da Certificação ISO 9001:2015, com a realização do processo de auditoria externa que avaliou os processos desempenhados pela Escola. Participaram da reunião de abertura a diretora executiva da Esmat, Ana Beatriz Pretto; a coordenadora do Núcleo de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Andreia Marinho; o coordenador do Núcleo de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores, Jadir Oliveira; a secretária acadêmica, Lílian Gama; a supervisora tecnológica, Lily Sany Leite; a secretária administrativa e de controle de acervo patrimonial e bibliográfico, Cynthia Aires; a chefe de divisão financeira, Lucilene Silva; e o chefe de divisão administrativa, Vinícius Fernandes. Todo o processo de auditoria foi realizado pelo auditor Renato Anselmo Junior, com o objetivo de aferir se o Sistema de Gestão da Qualidade da Esmat está de acordo com a Norma ISO 9001:2015.

Durante o processo não foram identificadas “não conformidades”, e, ao final da auditoria, a Escola obteve excelente resultado confirmando a manutenção da certificação. A Certificação ISO 9001:2015 é um grande diferencial para a Esmat, pois estabelece a gestão dos processos com foco no cliente.

“O comprometimento dos servidores da Esmat com o Sistema de Gestão da Qualidade faz com que os serviços ofertados pela Escola melhorem continuamente, proporcionando a satisfação dos nossos clientes”, ressaltou Ana Beatriz Pretto, diretora executiva da Esmat.





ESMAT E UNICEUB INICIAM TRATATIVAS PARA REALIZAÇÃO DE DOUTORADO

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, em visita institucional à UniCEUB, no dia 20 de setembro, reuniu-se com o coordenador do Doutorado, o professor Marcelo Varella, do Centro Universitário de Brasília para tratativas da assinatura do Termo de Compromisso referente ao Doutorado em Direito. O Termo de Cooperação tem por objeto estabelecer o compromisso institucional e as diretrizes gerais, para realização, em 2020, da Pós-Graduação em Direito, nível Doutorado, modalidade Doutorado Interinstitucional (DINTER), em que figura como instituição promotora o UniCEUB e instituição receptora a Esmat.

Segundo Villas Boas, “a realização do programa tem como objetivo dar continuidade à formação do corpo docente da Esmat, ampliando ainda mais o espaço de investigação científica, o intercâmbio de ações e projetos entre os professores, pesquisadores do UniCEUB e profissionais do Tribunal de Justiça, como forma de aperfeiçoar o sistema de justiça e melhorar a prestação jurisdicional, o que resultará ainda na realização de programas *stricto sensu* próprios da Esmat”, finalizou.

O EDITOR-CHEFE DO SITE MIGALHAS VISITA A SEDE DA ESMAT

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, recebeu em outubro de 2019, o editor-chefe do canal nacional de notícias jurídicas, políticas e econômicas “Migalhas”, Miguel Matos, em visita institucional às instalações da Escola. Villas Boas apresentou ao editor as instalações tecnológicas da Esmat – estúdio, ilha de corte e ilhas de edição – utilizadas pela Escola para gravação e edição de videoaulas, vídeos institucionais, documentários e demais produções audiovisuais. Na oportunidade o desembargador Marco Villas Boas outorgou a Miguel Matos o Medalhão ESMAT por sua contribuição à pesquisa científica, à disseminação do conhecimento e à divulgação de notícias jurídicas, notadamente aos trabalhos desenvolvidos na qualidade de CEO, no Portal Jurídico Migalhas, veículo de notícias especializado na cobertura do Judiciário no País desde 2000.

Sobre Miguel Matos

Empreendedor digital, jornalista e advogado. Especialista em Gestão da Comunicação pela ECA/USP. Formado em 2000 pela Faculdade de Direito de Franca. No mesmo ano, criou o Migalhas (www.migalhas.com.br), o primeiro veículo de notícias especializado na cobertura do Judiciário no País. Hoje, o grupo congrega diferentes negócios. Além do portal de notícias, que alcança 1,5 milhão de pessoas diariamente e da newsletter, que chega a 600 mil leitores cadastrados, o Migalhas é composto por um canal de web TV, uma produtora de eventos, uma editora com 120 livros publicados e uma rede profissional que conecta 40 mil advogados ao redor do Brasil.





GOVERNADOR MAURO CARLESSE VISITA AS INSTALAÇÕES DA ESMAT

O diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, recebeu em setembro de 2019, o governador do estado do Tocantins, Mauro Carlesse, em visita institucional às instalações da Escola. A visita teve como objetivo iniciar as tratativas de assinatura de Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica entre o Judiciário e o Executivo, por meio das Escolas de Governo, para realização de cursos de formação e aperfeiçoamento destinados aos servidores do Poder Executivo.

Villas Boas apresentou ao governador as instalações tecnológicas da Esmat (estúdio, ilhas de corte e edição, laboratórios), as salas de aula utilizadas para realização das atividades acadêmicas, os núcleos de formação, o núcleo de educação à distância, a biblioteca e a Editora ESMAT.

Durante a visita, o governador Mauro Carlesse destacou a importância da formação profissional, ressaltou ter sido o responsável pela criação da Escola do Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e que um dos objetivos do seu governo é possibilitar aos servidores do Executivo o acesso a cursos contínuos e de qualidade, tendo como foco o desenvolvimento profissional.

Ao final, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, reafirmou a importância da visita e que a Escola da Magistratura, que tem por missão formar e aperfeiçoar magistrados e servidores em busca de boas práticas e da excelência da prestação jurisdicional, está aberta a novos desafios.





ESMAT E ESCOLA DO LEGISLATIVO FIRMAM TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, ACADÊMICA E CIENTÍFICA

“É o início de uma grande parceria. Quero ressaltar que a Escola Superior da Magistratura Tocantinense é fundamental para as nossas ações. E quero fazer um pedido, desembargador Helvécio, em nome de todos os servidores da casa, para que no próximo ano possamos trazer pós-graduação e mestrado”, afirmou o presidente da Assembleia Legislativa, Antônio Andrade, após a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica (nº 03, de 2019), no dia 29 de outubro, na Sala de Reuniões da Presidência, do qual a Assembleia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo do Tocantins (ELTO), e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por intermédio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), são signatários. Na oportunidade, Álvaro Prestes, analista de sistema da Casa de Leis, fez a apresentação do Portal da Escola do Legislativo.

“Quero parabenizar a Assembleia Legislativa, na pessoa do presidente, Antonio Andrade, todos os deputados e todos os que participaram da assinatura do termo, assim como as universidades aqui representadas por professores e intelectuais”, frisou o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, ao assinar o termo ao lado do presidente da Assembleia, Antônio Andrade; do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas; e do diretor da Elto, Homero Barreto Junior. “Lembrando que a Esmat já firmou cooperações com o Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado, no sentido de técnico, acadêmico e científico, intercâmbio de professores e pesquisadores, além de eventos científicos sociais e culturais. Agora avançamos nesse acordo também com o objetivo de estabelecer uma cooperação técnica, acadêmica, científica, cultural, bem como de experiências e de intercâmbio nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, dentro das áreas nas quais tenham interesse manifesto”, reforçou o presidente do Tribunal de Justiça.

O Acordo de Cooperação

Em linhas gerais, o Acordo de Cooperação prevê o intercâmbio de docentes, discentes e pesquisadores e de projetos de cooperação técnico-acadêmica. Estabelece ainda que “as instituições deverão preparar, conjuntamente, programa de trabalho que explicita o modo como se dará o intercâmbio previsto na Cláusula 1ª, cujo conteúdo constituirá Termo Aditivo a este Instrumento, quando necessário”. São esses aditivos que irão definir os detalhes dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* a serem realizados pela Esmat para servidores e professores da Escola do Legislativo do Tocantins. O acordo prevê ainda a criação de uma comissão, com um representante de cada instituição signatária, para acompanhar seu cumprimento.

COM FOCO NA QUALIFICAÇÃO GOVERNO DO ESTADO FIRMA ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O TJTO/ESMAT



O presidente do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, o governador do Estado, Mauro Carlesse, e o diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), desembargador Marco Villas Boas, no dia 5 de novembro, assinaram um Acordo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica pelo qual os servidores do Executivo poderão se qualificar por meio de cursos de pós-graduação e mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PJDH), realizados pela Esmat em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Ao destacar a experiência acadêmica internacional adquirida pela Esmat na área da prestação jurisdicional, notadamente com a troca de experiências com professores de Portugal, o presidente do TJTO afirmou que o acordo permitirá que advogados, procuradores e servidores do Poder Executivo aprimorem seu saber jurídico. “A troca de experiências e de ideias com professores qualificados será importante para apurar o conhecimento dos servidores do Estado na área jurídica”, ressaltou.

Já o desembargador Marco Villas Boas parabenizou o governador pela iniciativa em estabelecer o acordo. “Significa mais um passo para o incremento da administração em sua busca por eficiência e pela transparência de seus atos”, lembrou o diretor geral da Esmat, que estava acompanhado da diretora-executiva da Esmat, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, e do coordenador do PJDH, Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira.

“Nossos servidores precisam de qualificação para que a gente possa melhorar nossa governança ainda mais e fazer o Estado crescer”.

*Mauro Carlesse
Governador do Estado do Tocantins*



ENFAM PUBLICA PORTARIA DE RECONHECIMENTO DA ESMAT E DO NUPEMEC

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), por meio da Portaria de Reconhecimento nº 11, de 18 de novembro de 2019, reconheceu, por prazo indeterminado, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC/TJTO), para a realização de cursos de formação de mediadores judiciais, com validade na área da jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO).

Em 2019, a Esmat capacitou mais de 60 conciliadores inscritos nas turmas de Palmas, Araguaína e Gurupi, no curso de Aperfeiçoamento para Conciliadores e Mediadores Judiciais, realizado com o objetivo de proporcionar aos participantes a atualização necessária para o desenvolvimento de suas atividades enquanto conciliadores, focados em analisar, refletir e aplicar algumas técnicas para realização de audiências de conciliação e sessões de mediação e de acolhimento das partes e dos advogados.



ESMAT RECEBE NOVOS LIVROS PARA O SEU ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A Biblioteca da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) recebeu mais 170 livros para o seu acervo bibliográfico. Dentre as aquisições, os livros: *Ordens do Amor*; *Constelações Familiares*; *Direito Sistêmico*; *Constelações Familiares na Advocacia*; *Justiça Restaurativa Sistêmica*; *Transexualidade e Direitos Humanos*; *Transexualidade e Direito*; *Transexual Idade: o corpo entre o sujeito e a ciência*; *Sexualidade e Personalidade*; *Trans-Identidade*; *Constelação Familiar Sistêmica*; *Constelação Sistêmica na Execução Penal*; *Abrindo a Caixa Preta*; *A Elite do Atraso*; *O Futuro da Democracia*; *Como as Democracias Morrem*; *O Povo Contra a Democracia*.

Com um acervo de mais de 15 mil livros disponíveis para pesquisa, a Biblioteca da Esmat tornou-se a principal fonte de pesquisa e de incentivo à educação jurídica não somente para magistrados e servidores do Judiciário, mas para toda a comunidade jurídica do estado do Tocantins.

“Diariamente atendemos cerca de 30 pessoas. São acadêmicos de várias áreas e universidades diferentes, estudantes da própria Esmat (magistrados e servidores), pessoas da comunidade em geral, pesquisadores, professores e concurseiros”, explica a bibliotecária da Escola, Silvana Olortegui.



Pós-Graduações

Lato Sensu



A Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) é uma instituição de ensino governamental credenciada desde 2011 no Conselho Estadual de Educação por meio do Decreto nº 4.326, de 21 de junho de 2011, para oferecer a servidores e magistrados cursos próprios de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* oferecidos objetivam especializar o conhecimento teórico e prático dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins; desenvolver o conhecimento de questões interdisciplinares sob a ótica jurídica, cujos reflexos importam na compreensão dos fenômenos complexos retratados nas áreas dos respectivos cursos; e capacitar os profissionais do Poder Judiciário ao exercício consciente e democrático de suas funções para atuação em padrão de excelência.

Em 2019 a Escola ofertou três cursos de especialização: Teoria e Prática do Direito Privado; Estado de Direito e Combate à Corrupção – Turma II; e Prática Judiciária.



TEORIA E PRÁTICA DO DIREITO PRIVADO

A Pós-Graduação *Lato Sensu* em Teoria e Prática do Direito Privado objetiva capacitar os profissionais oferecendo uma abordagem pós-positivista de interpretação do Direito das Relações Privadas, a fim de fomentar a construção jurídica humanizada e repersonalizada, cuja didática encontra-se afinada com a proposta conjugada do saber teórico com o saber prático.

As aulas do curso tiveram início em outubro de 2018, com a participação de 51 alunos matriculados, dentre eles magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Com carga horária total de 360 horas, são disciplinas obrigatórias do curso: Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil; Teoria Geral dos Contratos nas Relações de Consumo; Metodologia da Pesquisa Jurídica – Estudo de Caso –; Direito das Relações Privadas dos Microssistemas Jurídicos: Parte I; Teoria Geral do Direito Civil e das Incapacidades; Direito de Família; Direito das Sucessões; Teoria Geral do Direito do Consumidor: Parte Geral; Direito das Relações Privadas dos Microssistemas Jurídicos: Parte II; Teoria Geral do Direito das Relações Privadas – Módulo Interdisciplinar.







ESTADO DE DIREITO E COMBATE À CORRUPÇÃO – TURMA II

Em sua 2ª Turma, a Pós-Graduação em Estado de Direito e Combate à Corrupção tem como finalidade oferecer um curso voltado para o estudo e discussão, no mais elevado nível, do fenômeno da corrupção, considerando o papel da sociedade e das instituições no seu combate, compreendendo, em igual medida, o estudo dos mecanismos institucionais de seu enfrentamento na atualidade. Esse estudo permitirá a capacitação dos profissionais da área jurídica, por meio de um rol de disciplinas de caráter teórico e prático, absolutamente indispensáveis à compreensão do seu objeto de estudo.

Magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense e membros e servidores dos órgãos parceiros integram a turma de 70 alunos. Com carga horária de 360 horas, o curso foi dividido em 25 módulos, com os temas: *Introdução ao Estudo do Fenômeno da Corrupção; Organizações Criminosas: estrutura e funcionamento I; Ética na Administração e na Vida Pública; Investigação Policial em casos de Corrupção; Organizações Criminosas: estrutura e funcionamento II; Prevenção no Enfrentamento ao Crime Organizado e à Corrupção; Colaboração Premiada I; Colaboração Premiada II; Aspectos Criminológicos da Corrupção; O Ministério Público e seu Papel na Luta Contra a Corrupção; Investigações Complexas nos Casos de Corrupção; Metodologia do Trabalho Científico – parte I; Metodologia do Trabalho Científico – parte II; Corrupção e Lavagem de Dinheiro; Improbidade Administrativa I; Improbidade Administrativa II; Introdução ao Estudo do Compliance; Criminal Compliance; Contratação Pública e o Papel dos Tribunais de Contas no Brasil; Contratação Pública e o papel dos Tribunais de Contas na Europa; O Combate à Corrupção nos Crimes Praticados por Prefeitos e Vereadores; A Atuação do Judiciário nos Crimes de Corrupção; Responsabilidade Penal nas Organizações Criminosas: autoria, domínio do fato e cegueira deliberada; Corrupção e Sistema Político-Eleitoral; Direito e Combate à Corrupção I; Direito e Combate à Corrupção II.*







PRÁTICA JUDICIÁRIA

Criado pela Resolução nº 39, de 17 de dezembro de 2015, o Programa de Residência foi estruturado para oferecer a Residência Jurídica como atividade prática, e a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Prática Judiciária como atividade teórica. A atividade prática é realizada nas sedes das comarcas em que os candidatos forem aprovados; e a atividade teórica na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), na modalidade presencial, podendo, no decorrer do processo, ter uma ou mais disciplinas oferecidas na modalidade à distância, devendo o aluno cumprir os requisitos estabelecidos nas normativas próprias para conclusão do curso.

As aulas tiveram início em março de 2019, e, em sua segunda turma, o curso conta com a participação de 70 alunos matriculados. Com carga horária total de 425 horas, a pós-graduação tem em seu cronograma as disciplinas: *O Programa de Residência com Acesso à Pós-Graduação em Prática Judiciária (PRJUD)* e *O Poder Judiciário do Estado do Tocantins* (módulos introdutórios); *Investigação Científica: Direito e interdisciplinaridade na Construção do TCC*; *Linguagem e Redação Jurídica*; *Ética Judicial*; *Teoria da Argumentação: Fundamentos e Prática da Decisão Judicial*; *Informática Jurídica e Pesquisa de Jurisprudência*; *Tópicos Especiais – Direito Processual Civil Aplicado*; *Tópicos Especiais – Direito Processual Penal Aplicado*; *Especiais – Direito Constitucional*; *Tópicos Especiais – Direito Administrativo*; *Tópicos Especiais – Direito Tributário*; *Tópicos Especiais – Direito Consumidor*; *Técnicas e Práticas da Atividade Judicial* (transversal).

O objetivo principal do programa de residência com acesso a Pós-Graduação em Prática Judiciária, é o de trabalhar, nos alunos, competências iniciais, aprofundar conhecimento teórico e desenvolver técnicas práticas de solução de conflitos e promoção da justiça, instruídas por magistrados experientes, de forma a contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional.





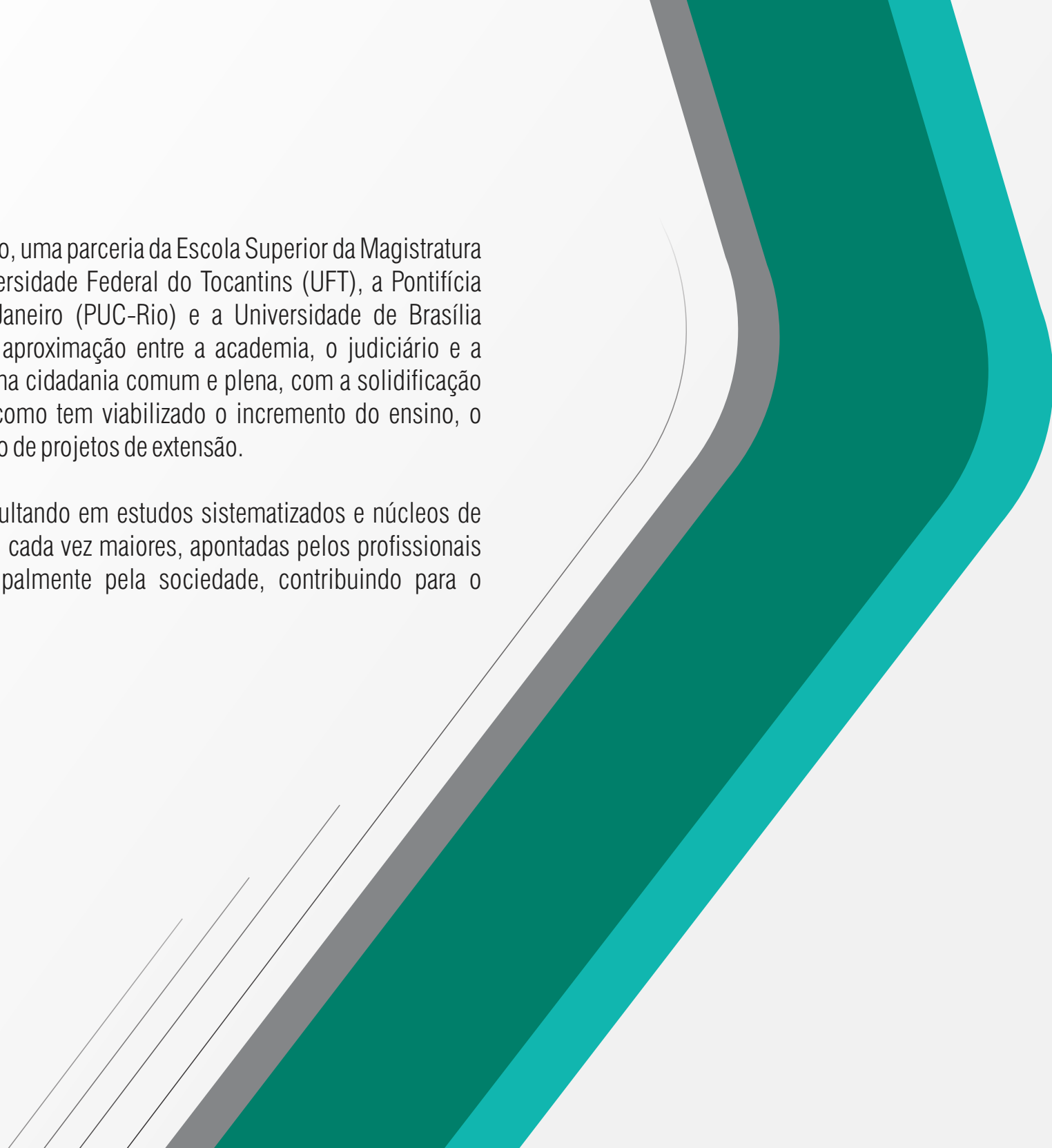


Pós-Graduações

Stricto Sensu

Os programas de Mestrado e Doutorado, uma parceria da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Universidade de Brasília (UnICEUB) objetivam proporcionar maior aproximação entre a academia, o judiciário e a sociedade, engendrando a conquista de uma cidadania comum e plena, com a solidificação dos valores éticos e democráticos, bem como tem viabilizado o incremento do ensino, o desenvolvimento de pesquisa e a proposição de projetos de extensão.

Os cursos promovem ações que estão resultando em estudos sistematizados e núcleos de pesquisa em temas trazidos por demandas cada vez maiores, apontadas pelos profissionais atuantes do sistema de justiça, e principalmente pela sociedade, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.





MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS

O Projeto para realização do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na área de Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos foi criado, em 2011, sob a gestão do diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas. O Projeto nasceu de uma demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins com a finalidade de ampliar, aprofundar e aprimorar o processo de formação dos magistrados e servidores em estreita harmonia com a jurisprudência e a doutrina, bem como dar prosseguimento à formação do corpo docente da Escola. O Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, cuja área de concentração é Efetividade da Jurisdição e Direitos Humanos, possui as seguintes linhas de pesquisa: Efetividade das Decisões Judiciais e Direitos Humanos; Instrumentos da Jurisdição, Acesso à Justiça e Direitos Humanos.

Em sua oitava turma, o Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, já possui mais de setenta profissionais do sistema de justiça, titulados Mestres, dentre eles magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Tocantins. E em 2019, com o objetivo de ampliar ainda mais o acesso dos profissionais do sistema de justiça do Estado do Tocantins, ao curso de Mestrado, a Esmat em parceria com a UFT, firmaram termo de cooperação com a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE/TO) e com o Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE/TO) visando à formação dos servidores e membros dessas instituições no tocante ao aperfeiçoamento da Prestação Jurisdicional e dos Direitos Humanos.







MESTRADO EM MODELAGEM COMPUTACIONAL DE SISTEMAS

Em janeiro de 2018, a Escola alcançou mais uma grande conquista com a assinatura do Termo de Convênio para realização do Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas, a ser realizado também em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). O Mestrado tem como públicos-alvo servidores e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, atuantes na área Tecnológica, sob o enfoque interdisciplinar, objetivando a melhoria dos modelos e sistemas de gestão e educação.

A turma é formada por vinte profissionais da área de Tecnologia da Informação lotados no Tribunal de Justiça, na Corregedoria e na Esmat. Em outubro de 2019, tiveram início as Bancas de Qualificação dos respectivos projetos que culminarão na dissertação do Mestrado. Por se tratar de um Mestrado Profissional e Interdisciplinar todos os projetos serão efetivamente aplicados nas diversas áreas do Tribunal de Justiça por meio da inovação tecnológica, até a presente data já foram qualificados: “Proposta de Migração da Tecnologia Satelital para a Tecnologia Web, no âmbito da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, para Transmissão dos Cursos Realizados na Modalidade à Distância”, aluna Lily Sany Silva Leite, orientador professor doutor George França; “Plano de Conscientização e Treinamento em Segurança da Informação no Poder Judiciário do Tocantins”, aluno João Carlos Vilela Batello, orientador professor doutor Gentil Veloso Barbosa; “Ferramenta de Avaliação e Acompanhamento do Grau de Implementação das Políticas de Preservação de Documentos Digitais nos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário”, aluno Fernando Henrique Lima Soares, orientador professor doutor Gentil Veloso Barbosa; “Um Framework para o Gerenciamento de Riscos em Segurança da Informação no Poder Judiciário do Tocantins”, aluno Danillo Lustosa Wanderley, orientador professor doutor Gentil Veloso Barbosa; “Modelagem Computacional do Sistema de Informação e Gestão Socioambiental do TJTO”, aluna Francielle Nogueira Braga, orientador professor doutor David Nadler Prata; “Desenvolvimento de um Aplicativo Móvel para acesso a Informações do Serviço Extrajudicial do Poder Judiciário do Tocantins”, aluno Harly Carreiro Varão, orientador professor doutor Marcelo Lisboa Rocha.







DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O processo seletivo do Doutorado em Desenvolvimento Regional teve início em 4 de fevereiro de 2019, tendo como linhas de pesquisa: Economia, Planejamento e Desenvolvimento Regional ; Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. O curso tem por objetivo formar e capacitar pesquisadores e profissionais de alto nível para atuação em setores de atividades relativas à temática do Desenvolvimento Regional, a partir de uma visão sistêmica, plural e crítica, além de preparar docentes para o magistério superior.

O Doutorado em Desenvolvimento Regional, o primeiro realizado por uma Escola de Magistratura no País, visa ao aperfeiçoamento de 11 magistrados tocantinenses na área de Gestão, Desenvolvimento e Governança, sob as perspectivas das questões sociais, políticas, culturais, e ambientais, com caráter interdisciplinar.

A primeira atividade do Doutorado Interinstitucional – DINTER-UFT/ESMAT/TJTO, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), foi realizada em abril, na sede da Esmat, com a Aula Magna ministrada pelo doutor em Humanidades, Direitos e outras Legitimidades, André Augusto Salvador Bezerra, com a temática “Judicialização da Política e as Políticas de Implementação de Direitos Humanos”. As aulas seguem presencialmente na sede da Esmat.





DOUTORADO EM DIREITO

Em outubro de 2019, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e a Escola Superior da Magistratura do Tocantinense (ESMAT) tornaram público o Edital do Concurso de Seleção para o Doutorado (DINTER) com área de concentração em Teoria do Estado e Direito Constitucional.

Uma parceria entre a Esmat e a PUC-Rio, o Programa tem como público-alvo, servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Ao todo foram disponibilizadas quinze vagas, sendo treze para magistrados e duas para servidores.

O Doutorado tem por objetivo principal viabilizar a formação de mestres e doutores para atuação em docência ou pesquisa; auxiliar no fortalecimento de grupos de pesquisa; promover a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa do Brasil; e subsidiar a criação de novos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

O curso está previsto para iniciar em março de 2020, com aulas presenciais na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).



Cursos

Presencial e à Distância





PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM GOVERNANÇA VISA À QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO E DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO

Servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) participaram do Programa de Desenvolvimento em Governança, Compliance e Riscos para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O programa é mais uma iniciativa da gestão em melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário ao cidadão. A capacitação proporcionará aos participantes um debate e aprofundamento sobre governança corporativa, a gestão de riscos, compliance e ambiente legal e institucional, e tem como objetivo disponibilizar conhecimentos referentes à gestão e liderança.

Para o diretor geral do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Jonas Demostene Ramos, “o curso vem ao encontro da consolidação do Planejamento Estratégico do Tribunal visando atender aos princípios da administração pública em prol do 1,5 milhões de clientes (cidadãos)”.

A temática abordada no I Módulo do Programa foi “Governança Corporativa”, apresentada pelo doutor Dalton Penedo Sandenberg. O II Módulo da capacitação foi ministrado pelo professor Antonio Celso Ribeiro Brasileiro que abordou sobre “Os Riscos Corporativos”, promovendo o debate e o aprofundamento sobre questões que envolvem liderança, planejamento, governança corporativa, compliance e ambiente legal e institucional. Já o III Módulo foi ministrado pelo professor Vinicius Martins, que debateu sobre o tema “*O Ambiente Legal e Institucional*”, que possibilita a concretização dos programas de compliance pelos denominados códigos de condutas, por meio dos quais promove uma cultura de cumprimento de regras no interior da instituição, por parte de todos seus magistrados e servidores, a denominada prática da boa governança pública.

“Hoje, três elementos muito importantes em uma administração, pública ou privada são: Governança, Compliance e Riscos. A Governança dá uma visão macro de como uma organização se estrutura em torno da administração do poder e seus limites, bem como os papéis e responsabilidades atribuídas”, ressaltou o professor Dalton Penedo Sandenberg.

CURSO CRIMES CIBERNÉTICOS É REALIZADO NA MODALIDADE EAD

Magistrados do Poder Judiciário Tocantinense participaram do curso Crimes Cibernéticos realizado na modalidade de ensino à distância, no período de 15 de fevereiro a 17 de março de 2019, via ambiente virtual de aprendizagem da Esmat.

As aulas foram ministradas pelos professores especialistas Walter Aranha Capanema, Guilherme Caselli de Araújo, Milena Santana de Araújo Lima e Gilberto Neves Sudré Filho, com o objetivo de capacitar os magistrados quanto à tipificação das condutas criminosas que ocorrem no ambiente digital, por meio de apresentação de um panorama social de como as entidades públicas procedem às investigações, e como a criminalidade se defende.

Para o coordenador do projeto, juiz Roniclay Alves de Moraes, este curso tem grande importância “considerando-se a existência de diversas modalidades de crimes praticados em ambiente virtual, com o uso de variados equipamentos eletrônicos, exigindo dos integrantes do sistema de justiça, em especial dos magistrados, um estudo específico dos crimes cibernéticos”, pontuou.





DEPOIMENTO ESPECIAL E ESCUTA ESPECIALIZADA É TEMA DE CURSO NA ESMAT

O curso Noções Introdutórias sobre o Depoimento Especial e Escuta Especializada de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça foi proposto com o intuito de fornecer subsídios teórico-práticos sobre as noções básicas do Depoimento Especial e Escuta Especializada, elucidando os principais aspectos e os princípios norteadores das ações, na área da Infância e Juventude, relacionadas a essa prática pelo Sistema de Justiça. Durante as aulas foram abordados temas como: Noções Introdutórias; Referencial Normativo do Depoimento Especial e Escuta Especializada; Visão Panorâmica dos Problemas Relacionados com a Oitiva Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas de Crimes Sexuais; Síntese das Vantagens da Oitiva Especial de Crianças e Adolescentes; Intervenção da Equipe Técnica na Metodologia do Depoimento Especial e Escuta Especializada.

Realizado na modalidade à distância, via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat, no período de 26 de fevereiro a 14 de março, o curso teve como público-alvo servidores (efetivos, comissionados ou servidores de outros órgãos à disposição) do Poder Judiciário Tocantinense; e profissionais credenciados que atuam no Grupo de Gerenciamento de Equipes Multidisciplinares (GGEM). Ao final do curso a Escola certificou 276 profissionais em todo o Estado do Tocantins.



CURSO AUTOCONHECIMENTO E ENEAGRAMA

Em 2019 foram realizadas as turmas II, III e IV do curso Autoconhecimento e Eneagrama que teve como público-alvo magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO). As aulas foram presenciais na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e contou com a participação de 140 alunos matriculados.

Com o objetivo de desenvolver nos participantes o autoconhecimento e o aperfeiçoamento de habilidades, tornando-os mais conscientes da influência que exercem no desempenho das equipes de trabalho, durante o curso foram explanados os temas “*Personalidade*”; “*Instinto e Desenvolvimento Pessoal*” e “*Respiração e Meditação*”.

As aulas foram ministradas por Cláudia Maria de Melo – graduada em Psicologia, pela PUC de Goiás; terapeuta e consultora em Gestão de Pessoas e Processos há mais de dezoito anos; e por Domingos Cunha, fundador do Instituto Eneagrama Shalom; membro fundador da Associação Brasileira de Eneagrama, onde exerceu a função de residente (IEA Brasil – Associação Brasileira de Eneagrama).





ESMAT REALIZA AÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU)



Em abril de 2019, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, recebeu, juntamente com a juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Rosa Maria Gazire Rossi, a equipe do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para definir a estrutura necessária para implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), no Tocantins.

O curso objetiva capacitar os operadores da área de Execução Penal a dominar as funcionalidades do Sistema SEEU, movimentar processos e gerenciar as ferramentas para melhor controle e aplicação da legislação sobre o tema. No primeiro semestre, sete Turmas do Curso Sistema Eletrônico de Execução Unificado assistiram às aulas sobre os seguintes temas: *Funcionalidades do Sistema SEUU; Cadastro de processos e implantação de dados; Ferramentas particulares para cada perfil interativo (magistrados, membros do ministério público, advogados, defensores públicos, servidores e agentes externos); Prática em migração de dados do e-Proc para SEEU, detalhamento do cálculo de pena; Rotinas e fluxos de trabalhos; e Alimentação do SEEU para produção de cálculos automáticos dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal*, totalizando 68 horas-aula de formação. No segundo semestre de 2019, a Esmat realizou a segunda etapa do curso, cujas atividades foram realizadas em três polos: Araguaína, Gurupi e Palmas.

Ao final do curso, a Esmat capacitou mais de 700 profissionais, dentre eles: magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, membros do Ministério Público, membros da Defensoria Pública, advogados, servidores dos departamentos Penitenciários, Presídios, Delegacias de Polícia, Centrais de Fiscalização de Medidas, Centrais de Apoio, Conselhos da Comunidade, Patronatos e Escritórios Sociais que atuam na área da execução penal.

Sobre o Sistema

O Sistema Eletrônico de Execução Unificado é o novo sistema do Conselho Nacional de Justiça, desenvolvido em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná, que permite o controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário brasileiro em todo o território nacional. O sistema permite um trâmite processual mais eficiente e proporciona a gestão confiável dos dados da população carcerária do Brasil. Tudo isso por acesso direto pelo computador ou *smartphone*.



SERVIDORES DA TI PARTICIPAM DE CURSO PARA MANUSEIO DE NOVA FERRAMENTA DE ANÁLISE DE DADOS

Servidores da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTINF) participaram do curso Desenvolvedor Qlik Sense Análise de Informações e Arquitetura de Dados, realizado no Laboratório de Informática da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Dividido em duas turmas, o curso teve como finalidade capacitar os servidores a desenvolverem e analisarem dados referentes às diversas bases de informações presentes no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, bem como buscar a melhoria do processo de criação e manutenção das páginas (internet e intranet) da Instituição.

“Trata-se de treinamento para análise de dados e gerenciamento de negócios, o que irá permitir que geremos painéis e gráficos interativos auxiliando a gestão na tomada de decisões. Além disso, a ferramenta possibilita a emissão de relatórios de prognósticos futuros e de estatísticas das unidades judiciárias que estão abaixo ou acima das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outros indicadores” pontuou o coordenador do curso Angelo Stacciarini Seraphin, servidor do Tribunal de Justiça.

Com carga horária de 32 horas, por turma, o curso foi ministrado pelo professor Marcelo Brito, graduado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com formação complementar em Cientista de Dados, Scrum Master e Scrum Product Owner, Project Management Professional, Gerenciamento de Projetos, DBA and Tuning – Database Administrator Oracle, Ferramentas ORACLE e Desenvolvimento de Aplicações em Java.





CURSO ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO

Servidores do Poder Judiciário Tocantinense participaram do curso de Elaboração de Termo de Referência, Projeto Básico e Pesquisa de Mercado nas Licitações Públicas de acordo com a Instrução Normativa (IN) SLTI nº 5, de 2014. Realizado na sede da Esmat, em abril de 2019, as atividades foram ministradas pelo professor mestre Paulo Teixeira, que durante as aulas explanou sobre os temas: Planejamento da Contratação; Termo de Referência e Projeto Básico; Formação de Preços.

Para a servidora Adriana Santana Sales, “o curso veio pra atender às demandas básicas, desde a introdução até a elaboração de um Termo de Referência e Projeto Básico”. “O professor é super acessível, de linguagem clara, e a turma está nivelada em conhecimentos”, elogiou Sales.

O curso capacitou os participantes quanto ao planejamento de contratação de bens e serviços, a fim de contribuir para aumento da eficiência operacional e otimização da gestão, a partir da apresentação de condições de avaliação da melhor estratégia para contratação demandadas pelas respectivas áreas, a partir dos princípios e das diretrizes das normas gerais de licitação e de normativos, específicas.

CURSO REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS

O curso Revisão Judicial dos Contratos à Luz do Direito Empresarial e do Consumidor contou com a participação de 39 magistrados e servidores, que durante dois dias de curso debateram sobre: Justiça Contratual; Revisão Judicial dos Contratos (Perspectiva do Direito do Consumidor); e Revisão Judicial dos Contratos (Perspectiva do Direito Empresarial).

Os professores Rodrigo de Lima Vaz Sampaio, José Eustáquio de Melo Junior e Wellington Magalhães adotaram como metodologia, o método do caso, e disponibilizaram aos alunos casos judiciais que derivam de precedentes acerca de contratos imobiliários de compra e venda de lotes e unidades autônomas; contratos de financiamento bancário mediante crédito direto em conta-corrente; contrato de capital de giro e de fomento; contratos de financiamento agrícola, para leitura e estudo prévio do caso e posterior debate das questões propostas pelos professores.

Para a juíza Gisele Pereira de Assunção Veronezi, a Esmat está na vanguarda pela iniciativa: “o curso é excelente, com a possibilidade de aplicação prática dos novos princípios e o desenvolvimento de uma nova forma de pensar em razão de novos princípios que nos fazem ver o contrato com outros olhos”. Veronezi pontuou que “observar a função social do contrato e analisar seus princípios, tradicionais ou contemporâneos, exigem atualização e nova postura do magistrado”.





CAPACITAÇÃO SOBRE AS FUNCIONALIDADES DO PORTAL COMPRASNET É REALIZADO NA ESMAT

O curso foi realizado com o objetivo de preparar os servidores para compreender as funcionalidades do Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) nas diversas etapas do processo de contratação pública e o funcionamento do pregão eletrônico, discutindo os aspectos legais e práticos no processo de logística pública. As aulas foram realizadas no laboratório de informática da Esmat, com a participação de servidores lotados na Diretoria Geral, Diretoria Administrativa, Diretoria Financeira, Diretoria de Infraestrutura e Obras, Diretoria de Tecnologia da Informação, Núcleo de Gestão Socioambiental e Controladoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Ministrado pelo instrutor Vinícius Martins, o conteúdo programático do curso abordou temas como: ambientação das ferramentas do Portal de Compras do Governo Federal; Simulação de pesquisa de mercado utilizando o sistema Painel de Preços, de acordo com a IN 05/2014 - MPOG e suas atualizações; Prática no sistema Cotação Eletrônica do Portal Comprasnet; Prática nos sistemas IRP e SIDEDEC, simulando o agendamento de licitações tradicionais e por SRP, com os critérios de julgamento "Menor Preço por Item" e "Menor Preço por Grupo/Lote". Simulação das fases do pregão (etapa de lances / aceitação / habilitação / adjudicação / homologação) como pregoeiros e fornecedores; Simulação de Negociação das propostas finais do Pregão Eletrônico – pregoeiro x fornecedor.



CURSO LÍNGUA PORTUGUESA: A ARTE DE ESCREVER BEM

O curso foi ministrado pela professora Maria Ângela, com o objetivo de proporcionar aos participantes conhecimentos da Língua Portuguesa, a fim de aplicá-los da melhor forma possível nas suas respectivas atividades diárias. Durante as atividades, foram debatidos temas como: Novo Acordo; Sintaxe; Flexão Nominal e Verbal; Emprego de Tempos e Modos Verbais; Vozes do Verbo; Pronomes: Emprego, Formas de Tratamento e Colocação; Pontuação; Concordâncias: Verbal e Nominal; Regências: Verbal e Nominal; Crase; Redação Forense e Elementos Gramaticais; e Semântica. Com carga horária de 30 horas, o curso contou com a participação de 64 servidores do Poder Judiciário Tocantinense.

"Não poderia deixar de elogiar a Esmat pela excelente iniciativa de proporcionar este curso aos servidores do judiciário tocantinense. O curso é de grande valia para o aprendizado da escrita, de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa, principalmente aos servidores que diariamente labutam com a escrita no âmbito administrativo e judicial", ressaltou Afonso Alves da Silva Junior, assessor de gabinete do Tribunal de Justiça.





CURSO ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Realizado em junho de 2019, o curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos: com noções de Gestão de Riscos Corporativos visou capacitar os participantes a partir do estudo aprofundado de temas relevantes para o exercício do gerenciamento de projetos, com fundamentos e aplicação prática do tema por meio da troca de experiências, tendo como contexto a análise crítica das constantes mudanças organizacionais e de cenários.

Durante dois dias de curso foram realizadas aulas interativas que abordaram os temas: *Definições gerais sobre Projetos e o Gerenciamento de Projetos; Visão Sistêmica do Gerenciamento de Projetos; Integração entre planejamento estratégico e os projetos; Modelos de Gestão de Projetos e suas Aplicações; Como selecionar o Modelo mais adequado para o seu Projeto; Principais referenciais de Gestão de Projetos; Ciclo de vida de projetos e suas fases segundo o PMI: Iniciação – Planejamento – Execução – Monitoramento e Controle – Encerramento; As 10 áreas de conhecimento do Gerenciamento de Projetos segundo o PMI com base no Guia PMBOK 5ª Edição.*

O curso foi ministrado pelo professor Ricardo Otto Rebel, mestre em Administração de Empresas com ênfase em Planejamento Estratégico, pela Baldwin-Wallace University (OH/USA).



CURSO JOGOS DE CONTRATAÇÃO É REALIZADO NA ESMAT

Realizado em agosto de 2019, o curso contou com a participação de 50 alunos, dentre servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e de Órgãos parceiros da Esmat. As atividades objetivaram capacitar os participantes quanto ao conhecimento do Processo de Planejamento, Seleção de Fornecedor e/ou Gestão de Contratos, com uso de situações e estudos de caso reais, sob a perspectiva dos atores, papéis e responsabilidades, artefatos e peculiaridades de cada uma das etapas do processo de planejamento da contratação, incluindo o uso da metodologia de gamificação, a fim de promover o engajamento e o conhecimento do tema.



Ministrado pelo professor mestre Antonio Fernandes Soares Netto, o conteúdo programático do curso contemplou temas, como: *Governança no setor público; Planejamento e seus desdobramentos; O que é Documento de Oficialização da Demanda (DOD); O principal artefato de um processo de contratação pública; Competências importantes para planejar contratações; Macro Requisitos Tecnológicos da Solução de TIC; Gestão de Riscos + Termo de Referência; Análise de Riscos, de acordo com a ABNT NBR 31.000; Gestão de Riscos, de acordo com a ABNT NBR 31.000; Tópicos avançados de Gestão de Contratos e Seleção de Fornecedores; Gerenciamento de Projetos; Gerenciamento de Processos; Liderança e Estratégia; Sistema de Planejamento Jogo de Contratações; Sistema de Gestão de Riscos Jogo de Contratações.*



SERVIDORES DA COMARCA DE ARAGUAÍNA PARTICIPAM DO CURSO GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA

Uma demanda da Diretoria de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o curso Gestão de Pessoas e Liderança integra o Programa de Atenção à Saúde, que advém de uma proposta do Comitê Gestor da Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e de Servidores do Poder Judiciário, em atendimento à Resolução nº 207, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça e tem por escopo contribuir para a melhoria da saúde, qualidade de vida e trabalho de magistrados e servidores.

O curso foi realizado na comarca de Araguaína, com o objetivo de desenvolver a competência “Gestão de Pessoas” para promover habilidades na aplicação de métodos, políticas, técnicas e práticas definidas, a fim de administrar os comportamentos internos e potencializar o capital humano na instituição. As aulas aconteceram nos dias 27, 28 e 29 de agosto, por meio de debates e exposição de temas, como: Liderança na Era Pós-Digital; Competências Essenciais para a Gestão das Pessoas; e A Importância da Atuação da Liderança na Gestão de Equipes. Os conteúdos foram ministrados pela professora Vera Lucia de Mello, mestra em Educação; psicóloga, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com notória especialização em Psicologia Organizacional.

Segundo a servidora Artemia Araújo, “o curso é maravilhoso e está despertando a nossa curiosidade; e também porque precisamos melhorar nosso relacionamento com os colegas, entre líderes e liderados. Acredito que é só o começo”. “O curso é muito bom, vamos tentar aprender bastante. Estou certa de que vai contribuir muito para as nossas atividades profissionais no dia a dia”, ressaltou a servidora Yana Rodrigues.



CURSO SECRETARIADO EXECUTIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Com vista a capacitar os servidores quanto ao desenvolvimento de competências para aplicação de diferentes estratégias para o desenvolvimento de ações administrativas rotineiras, controle e gestão e organização dentro dos padrões institucionais, em agosto de 2019, a Esmat, realizou o curso Secretariado Executivo na Administração Pública: Desenvolvimento de Competências com Foco Estratégico.

O curso contou com a participação de servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins lotados na Presidência; Corregedoria Geral de Justiça; Diretoria Geral; Diretoria Administrativa; Diretoria de Gestão de Pessoas; Diretoria Financeira; Diretoria de Infraestrutura e Obras; Diretoria da Tecnologia da Informação; Diretoria Judiciária; Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos; Ouvidoria Judiciária; Escola Superior da Magistratura Tocantinense; Diretoria da Comarca de Palmas; Diretoria da Comarca de Araguaína; Diretoria da Comarca de Gurupi; e também de servidores de Órgãos Parceiros da Esmat.

Com carga horária de 24 horas, o curso foi realizado na sede da Esmat, e ao final das atividades certificou 25 profissionais.



MAGISTRADOS PARTICIPAM DO CURSO PRESERVAÇÃO DA VIDA E DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA

Com carga horária total de 56 horas, as atividades do curso foram divididas em duas etapas – teoria e a prática –, sendo as aulas teóricas realizadas na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), e as aulas práticas em pista de treinamento apropriada e devidamente adequada com todos os dispositivos de segurança, vistoriada pelos instrutores do Instituto Tocantinense de Aprendizagem e Estudos Especializados em Trânsito (ITASET).

Participaram do curso magistrados do Poder Judiciário Tocantinense e policiais militares da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com vista a aprimorar e qualificar a aplicação de meios legais de preservação da vida, observando as técnicas e táticas de tiro, a manutenção do armamento após seu uso para, com isso, reduzir os incidentes com armas de fogo e especializar os participantes no exercício da direção, atentando para o uso das técnicas de direção defensiva ou evasiva em situações de risco, e na prevenção de acidentes ou outras adversidades atribuídas ao cargo.





DIREITO PRIVADO DAS RELAÇÕES PRIVADAS É TEMA DE CURSO NA ESMAT

O curso foi realizado com o desígnio de fomentar a formação dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por meio da vivência e defesa dos valores e princípios gerais do direito, objetivando a justiça, a ética, a moral, a equidade, a igualdade e a liberdade, e de desenvolver a reflexão científica motivadora da produção de conhecimentos jurídicos ensejadores de novos processos de criação do direito.

As atividades foram ministradas pelo professor mestre em Direito, Sinvaldo Conceição Neves, que durante as aulas elucidou sobre os temas: *Teoria Geral do Direito Civil; Teoria Geral do Direito Privado; Pessoas Naturais e Jurídicas; Capacidade Civil e a Personalização no Direito Civil; Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos; Direito do Consumidor e Direito de Família: O Direito do Consumidor e a Efetivação dos Direitos Constitucionais; Princípios das Relações de Consumo; Direitos Básicos em Espécies; Contrato Consumerista: proteção contratual; Relações de Parentesco e o Poder Familiar; Dissolução da Sociedade Conjugal e do Casamento (Lei nº 6.515, de 1977); Impenhorabilidade do Bem de Família; Direito Sucessório; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso e Estatuto das Cidades.*

Com carga horária de 45 horas, o curso foi empreendido na modalidade de ensino híbrida, com atividades realizadas na modalidade presencial – na sala de aula da Esmat – e à distância – via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola.





III TURMA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS

Capacitar os participantes para atuarem como facilitadores e multiplicadores das práticas restaurativas, com enfoque teórico e prático, a fim de estruturar o programa restaurativo implementado pelo Tribunal de Justiça, bem como para atuarem nas escolas, por meio da aplicação de círculos restaurativos em escolas municipais e/ou estaduais de Palmas, Araguaína e Gurupi, para fomentar o projeto Agentes da Paz, foi o objetivo do curso de Formação de Facilitadores Restaurativos, realizado pela Esmat durante o segundo semestre de 2019.

Com carga horária total de 105 horas, as atividades foram realizadas em duas etapas: a primeira, na modalidade EaD (parte teórica), com os temas: *Teoria do Conflito e a Teoria da Comunicação na Justiça Restaurativa, Justiça Restaurativa, Práticas Restaurativas e Processos Circulares*; a segunda, na modalidade presencial (parte prática), com a realização dos círculos de facilitadores de justiça restaurativa e construção de paz, e o estágio. As atividades presenciais foram realizadas nas Comarcas de Palmas, Araguaína e Gurupi.

As aulas foram ministradas pelos professores Maicon Rodrigo Tauchert, mestre em Direito; Antonio Dantas de Oliveira Júnior, juiz de Direito e mestrando em Direito Constitucional; Julianne Freire Marques, juíza de Direito e mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos; Rafaela Duso, especialista em Psicoterapia Familiar e de Casal, pelo INFAPA; Katiane Boschetti Silveira, graduada em Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade de Caxias do Sul; Taynã Nunes Quixabeira, especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional; Eliene Diniz da Silva, especialista em Libras e Educação de Surdo.





CURSO ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO: MEDIÇÃO E ESTIMATIVA DE SOFTWARE

O curso foi realizado com o objetivo de proporcionar aos servidores a formação quanto aos procedimentos, regras e práticas de contagem com a facilitação da medição e estimativas a partir de diferentes insumos e domínios dos termos e condições sobre a Análise de Pontos de Função (APF). Participaram do curso, servidores da área de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça do Tocantins, lotados na Corregedoria Geral de Justiça, Diretoria da Tecnologia da Informação e Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Com aulas expositivas dialogadas, todas as atividades foram realizadas no laboratório de informática da Esmat, tendo como conteúdo programático: Visão Geral da Análise de Pontos de Função; Visão do Usuário; Reunir documentação disponível; Determinar Tipo de Contagem; Projeto de Desenvolvimento; Projeto de Melhoria; Identificar a Fronteira da Aplicação, Escopo da Contagem e Requisitos Funcionais do Usuário; Medição das Funções Tipo Dado; Arquivo Lógico Interno; Arquivo de Interface Externa; Medição das Funções Tipo Transação; Identificação dos Processos Elementares; Estudo de Caso - Medição de uma Aplicação; Dados Compartilhados; Fórmulas para calcular o tamanho funcional; Fórmula da Aplicação; Fórmula do Projeto de Desenvolvimento; Fórmula do Projeto de Melhoria – IFPUG; Fórmula da Aplicação após o Projeto de Melhoria; Atividades de Conversão de Dados; Documentar e reportar a medição; Identificação de Funções Alteradas pelo Projeto de Melhoria; Projeto de Melhoria – NESMA; Estudo de Caso - Medição de um Projeto de Melhoria; Estimativas de Tamanho Funcional; Contagem Estimativa; Contagem Indicativa; Estimativa de Esforço (HH) = Tamanho Funcional (PF) X Taxa de Entrega (HH/PF).



SERVIDORES PARTICIPAM DE CURSO PARA APRIMORAMENTO NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Aprimorar os conhecimentos dos participantes acerca de contratos administrativos, preparando-os para atuarem com sucesso na preparação, gestão e controle dos procedimentos relacionados à gestão dos contratos administrativos, assim como entender as peculiaridades desses instrumentos, apoiado em doutrina e jurisprudência atualizadas, nas melhores técnicas e numa visão prática do problema, foi o objetivo do Curso Gestão e Fiscalização de Contratos, Instrumentos de Controle e encerramento dos contratos de acordo com a IN 05/2017, incluindo SRP – Sistema de Registro de Preços, realizado na sede da Esmat, no período de 24 a 27 de setembro.

Participaram do curso, servidores lotados na: Presidência; Corregedoria Geral de Justiça; Diretoria Geral; Diretoria Administrativa; Diretoria de Gestão de Pessoas; Diretoria Financeira; Diretoria Controladoria Interna; Diretoria de Infraestrutura e Obras; Diretoria da Tecnologia da Informação; Diretoria do Centro de Comunicação Social; Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Projetos; Assessoria Militar; Divisão de Contratos e Convênios; Escola Superior da Magistratura Tocantinense; Núcleo de Gestão Socioambiental; Ouvidoria Judiciária.

Com carga horária de 28 horas, as aulas foram ministradas pela escritora e palestrante Madeline Rocha Furtado, servidora pública e instrutora da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Ao final do curso 40 servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins foram certificados.





CURSO IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS

Trinta e cinco servidores participaram do curso Implementação de Controles Internos com base na Estrutura Coso, realizado na sede da Esmat, em setembro de 2019. Desenvolver competências técnicas para planejar, implementar e avaliar controles internos em processos organizacionais com base na estrutura Coso, de modo a aumentar a possibilidade de alcance dos objetivos institucionais, em busca da melhoria contínua e redução dos riscos, foi a finalidade do curso ministrado pelo auditor federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Arnaldo Ribeiro Gomes.

O conteúdo programático do curso abordou os temas: *Fundamentos – Definição de controle interno; Papéis e responsabilidades; Evolução no paradigma de atuação dos controles internos. Implementação de Controles Internos/Visão Geral – Modelos de referência para Controles Internos; Entendimento dos objetivos de negócio; Identificação, avaliação de riscos e tratamento de riscos. Estudo de Caso/Controles Internos em Nível de Atividades – Definindo objetivos segundo as categorias de controle interno; Descrevendo o processo; Principais técnicas e ferramentas; Definição e componentes do risco; Principais técnicas; Matrizes e tabelas de avaliação; Desenho e implementação de controles; Controles diretivos, preventivos, detectivos e corretivos; Nível de confiança do controle. Monitoramento – Indicadores de desempenho; Autoavaliação de riscos e controles; Avaliações da auditoria interna; Mapa de calor.*



SERVIDORES DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARTICIPAM DO CURSO MD100 WINDOWS 10

Realizado no Laboratório de Informática da Esmat, as atividades desenvolvidas contemplaram os temas: MD-100T01-A: *Installing Windows 10 – Instalando o Windows; Atualização do Windows; Configuração pós-instalação e personalização.* MD-100T02-A: *Configuring Windows 10 – Configurando Periféricos e Drivers; Configurando o Networking; Configurando o armazenamento.* MD-100T03-A: *Protecting Windows 10 – Configurando Autorização e Autenticação; Configurando Acesso a Dados e Uso; Configurando ferramentas de gerenciamento avançadas.* MD-100T04-A: *Maintaining Windows 10 – Suporte ao ambiente do Windows 10; Solucionando problemas do sistema operacional Windows; Solução de problemas de hardware e drivers.*

Com o objetivo de capacitar os profissionais possibilitando-lhes conhecer as principais ferramentas e inovações tecnológicas do Windows 10, oferecendo-lhes experiência prática para administrar o sistema e auxiliar os usuários – servidores e magistrados – no processo de utilização do sistema operacional no Poder Judiciário Tocantinense, o curso contou com a participação de 15 servidores da área de Tecnologia Informação do Tribunal de Justiça.



CURSO EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INVESTIMENTOS É REALIZADO NA MODALIDADE EAD

Promovido com a finalidade de possibilitar a compreensão dos instrumentos financeiros e como eles se relacionam no mercado de capitais, bem como permitir o aperfeiçoamento das condições pessoais e financeiras, considerando os produtos financeiros mais utilizados no mercado; e possibilitar a análise das opções mais adequadas de investimentos, levando em conta perfis, prazos e objetivos, o curso Educação Financeira e Investimentos teve como público-alvo magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense e seus dependentes.

O curso foi realizado na modalidade de ensino à distância, via Ambiente Virtual de Aprendizagem da Esmat; e as atividades do curso proporcionaram aos participantes conhecimentos referentes à Educação Financeira, Planejamento, Investimentos e Renda Fixa, Fundos de Investimentos, Previdência Privada, Fundos de Investimentos Imobiliários e Renda Variável, Derivativos e Criptomoedas e Alocação de Carteira. As aulas foram ministradas por Martin Hagl Ribeiro Cordioli, sócio fundador da Atlas Invest, com mais de 10 anos de experiência no mercado financeiro; e por Paulo Alexandre Ayres de Camargo, juiz de direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Jacaré, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.





INSTRUIR PROFISSIONAIS DA ÁREA DA PSICOLOGIA FOI O OBJETIVO DO CURSO DE PERÍCIA PSICOLÓGICA JURÍDICA

Realizado na modalidade de ensino a distância, o curso teve como público alvo: servidores efetivos e comissionados; servidores de outros órgãos à disposição do Poder Judiciário Tocantinense; profissionais com formação em Psicologia, credenciados no Grupo Gestor de Equipes Multidisciplinares (GGEM). Ao todo foram disponibilizadas 300 vagas.

O curso *O Psicólogo no Contexto da Perícia Psicológica Jurídica* foi realizado com vistas ao aprimoramento dos psicólogos credenciados no Poder Judiciário e que atuam nas diversas áreas no âmbito da perícia psicológica jurídica, quais sejam: Direito Penal, Direito do Trabalho, Direito da Família, Juizado da Infância e Juventude e Direito Civil. Os temas abordados durante o curso objetivaram instruir os profissionais da área da Psicologia no contexto da Perícia Psicológica Jurídica, com informações que fundamentem e auxiliem o estudo realizado em cada caso, fornecendo subsídios para uma opinião psicológica em torno das avaliações, dos laudos e pareceres, viabilizando ao juiz uma solução sensata e rápida para a ação processual, é o objetivo do curso *O Psicólogo no Contexto da Perícia Psicológica Jurídica*.



SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO TELEFONIA IP

Realizado no laboratório de informática da Esmat, o curso teve como finalidade capacitar os servidores da área de tecnologia do Tribunal de Justiça, possibilitando-lhes conhecer sobre a evolução das redes telefônicas, os principais problemas e suas ações corretivas, conceitos básicos e avançados sobre o TCP/IP, dimensionamento de Call Center, estudo dos protocolos utilizados tanto na telefonia convencional quanto na telefonia IP, com destaque para o SIP oferecendo-lhes experiência prática para implementação da rede de telefonia para auxiliar os usuários – servidores e magistrados – do Poder Judiciário Tocantinense.

Durante o curso foram realizadas atividades práticas que propiciaram aos alunos o conhecimento quanto a montagem de um PABX-servidor Asterisk completo, configuração de um ATA, um softphone, ramais SIP, escolha do codec, configuração de troncos, rotas de entrada e saída, interligar PABX entre si e a uma operadora VoIP, implantação de serviços inteligentes como: Unidades de Resposta Audível (URA), Distribuição Automática de Camadas (*Call Center*), gravação de chamadas, música em espera, senha para ramais e troncos, caixas postais, grupos de atendimento e bilhetagem. Os temas apresentados foram: Telefonia Avançada. Introdução à Arquitetura TCP/IP. Introdução à Telefonia IP e VOIP. Qualidade de Serviço (QOS) Emredes IP. Protocolos Empregados em Serviços de VOIP. Qualidade da Voz. Monitoramento de Dispositivos IP. Segurança em Redes VOIP. Rede SMPLS.



CURSO TÉCNICA DE COLETA DE PROVA ORAL

Ministrado pelo juiz Tiago Gangliano, doutor em Direito, pela UFPR, e pelo professor Carlos Mendes Rosa Durante, doutor em Psicologia, o curso foi empreendido com o fito de proporcionar aos magistrados e aos assessores da Justiça um conjunto de métodos para obter uma melhor colaboração dos depoentes, de modo que esta ação venha incentivar a veracidade nas narrativas e possa, assim, detectar possíveis distorções da verdade inseridas no discurso testemunhal.

Com carga horária de 24 horas, o cronograma do curso contemplou os temas: *Aspectos Psicológicos da Linguagem Verbal e Corporal*; e *Técnicas de Compreensão de Prova Oral*, ministrados pelos professores Tiago Gagliano Pinto Alberto, doutor em Direito; e Carlos Mendes Rosa, doutor em Psicologia Clínica. As atividades foram realizadas por meio da metodologia expositivo-dialogada, com rodas de conversa, trabalhos em grupo e painel integrado com método de estudo de casos. Ao final das atividades, 40 profissionais foram certificados, dentre eles magistrados e assessores do Poder Judiciário Tocantinense.



CURSO DE LIBRAS É REALIZADO PELA ESMAT NA MODALIDADE EAD

Com o objetivo de capacitar servidores e magistrados quanto ao uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) desenvolvendo habilidades de comunicação para com os jurisdicionados surdos, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense realizou no segundo semestre de 2019 o curso Básico de Libras.

As aulas foram realizadas na modalidade de ensino à distância via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Esmat, com um encontro presencial a ser realizado em 2020 na sede da Escola. Durante as aulas, foram apresentados temas como: O que é Libras? Cultura Surda; Conhecer a gramática das Libras – Parâmetros –; Sinais do alfabeto manual e dos números cardinais; Sinais: saudações, verbo (durante o dia), pronomes e expressões interrogativas e pronomes possessivos, calendário e dia da semana, advérbios de tempo; verbo afirmativo e negativo, matérias escolares e estabelecimentos; Conhecer termos técnicos usados nas áreas jurídicas e no ambiente de trabalho.

Ao todo foram disponibilizadas 300 vagas, sendo 40 para magistrados, 150 para servidores (efetivos, comissionados, servidores de outros órgãos à disposição), 60 para estagiários do Poder Judiciário Tocantinense e 50 para colaboradores com lotação na sede do Tribunal de Justiça e nas 41 Comarcas.





CURSO PADRONIZAÇÃO DA AUTUAÇÃO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

Qualificar servidores do Tribunal de Justiça, lotados nas Varas de Fazenda Pública e nas Varas Cíveis, onde não houver varas especializadas de fazenda, do estado do Tocantins, com vistas a padronizar os procedimentos e evitar possíveis falhas que poderão implicar na ordem cronológica de recebimento do crédito, foi o objetivo do curso Padronização da Autuação de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, realizado em novembro de 2019 na sede da Esmat. O curso foi dividido em três turmas, com carga horária de 10 horas por turma. Participaram do curso cinquenta servidores do Poder Judiciário Tocantinense, lotados nas comarcas de 1ª, 2ª e 3ª Entrância.

O conteúdo programático do curso foi constituído pelos temas: Conceito/diferenças entre precatório e RPV. Constituição Federal de 1988; Resolução n. 115/2010-CNJ. Portaria nº 2221/2018-PRESIDÊNCIA TJTO. Portaria nº 3889/2015 – TJTO. Apresentação detalhada do formulário de Ofício de Requisição de Precatório: Orientar acerca da necessidade de individualização do ofício por beneficiário, com destaque em honorários contratuais no mesmo ofício; Ressaltar a importância da determinação da natureza do crédito, se alimentar ou comum; Créditos prioritários (doença grave, maior de 60 anos ou pessoa com deficiência) requisitos e hipóteses necessárias: envio de documentos comprobatórios e observar a natureza do crédito, apenas nos casos alimentares, conforme art. 100, §2º da Constituição Federal; Destacar a necessidade do cálculo atualizado no mês correspondente ao envio ao Tribunal; Elucidar os documentos obrigatórios que devem ser inseridos na autuação do precatório. Devoluções às comarcas de origem para retificação de dados do Ofício de Requisição, via intimação eletrônica. Movimentação Processual nos Termos da TPU. Nova ferramenta do sistema e-Proc/TJTO – possibilita o envio de vários precatórios com beneficiários distintos em um mesmo procedimento.



CURSO PREGÃO ELETRÔNICO E FORMAÇÃO TÉCNICA DE PREGOEIRO É REALIZADO NA ESMAT

Curso Atualização na Modalidade Pregão Eletrônico e Formação Técnica de Pregoeiro – A Nova Sistemática Introduzida pelo Decreto 10.024/2019, foi realizado em dezembro de 2019, e contou com a participação de 30 servidores do Tribunal de Justiça, lotados na Presidência; Corregedoria Geral de Justiça; Diretoria Geral; Diretoria Administrativa; Diretoria de Gestão de Pessoas; Diretoria Financeira; Diretoria de Infraestrutura e Obras; Diretoria da Tecnologia da Informação; Diretoria do Centro de Comunicação Social; Controladoria Interna; Escola Superior da Magistratura Tocantinense; e também de servidores dos Órgãos Parceiros da Esmat. Uma demanda da Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça, o curso teve como propósito preparar os servidores que atuam como pregoeiros, membros da equipe de apoio, membros das comissões de julgamento de licitações e registro cadastral nas modalidades de Pregão Presencial e Eletrônico, bem como, o aperfeiçoamento em razão das constantes alterações jurisprudenciais dos Tribunais de Contas, proporcionando o esclarecimento das dúvidas enfrentadas pelos participantes na condução de Pregões (presenciais e eletrônicos).

Durante os três dias de curso o professor Gustavo Cauduro Hermes, debateu com os participantes os temas: Fundamentos da Licitação Pública; Pregão Eletrônico– procedimentos e inovações; Etapas do Processo; Planejamento da Contratação – orientações gerais; Fase Externa; Realizando o Certame; Negociação da Proposta; Exame da Habilitação; Fase Recursal; Correção de Falhas na Proposta e na Habilitação; Das Sanções Específicas do Pregão; Sistema de Dispensa Eletrônica; Dinâmica de Grupo para Revisão e Atualização de Termos de Referência e Editais de Pregão.





TURMA III DO CURSO FORMAÇÃO DE FORMADORES É FINALIZADO COM SUCESSO

Realizado com o objetivo de capacitar magistrados e servidores como formadores, para o desenvolvimento contínuo de competências profissionais referentes à docência e à organização do trabalho pedagógico de formação de magistrados, o curso Formação de Formadores – turma III – finalizou com sucesso suas atividades, com a participação de quarenta e nove alunos.

Com encontros presenciais, na sede da Esmat, as atividades do curso foram divididas em cinco módulos com os seguintes temas: Módulo I: Pressupostos Filosóficos da Educação, Ensino Jurídico e Formação nas Escolas Judiciais; Módulo II: Avaliação Institucional e de Aprendizagem; Módulo III: Métodos Ativos de Ensino e Aprendizagem; Módulo IV: Formação de Formadores em Métodos Alternativos de Solução de Litígios; Módulo V: Formação de Formadores em Justiça Restaurativa; Módulo VI: Formação de Formadores em Demandas Repetitivas e Grandes Litigantes.

Para o juiz Wellington Magalhães, coordenador do curso e 3º Diretor Adjunto da Esmat, “o curso vem em consonância com a Resolução Enfam nº 2, que determina que os programas de formação e aperfeiçoamento dos magistrados devem ocorrer por meio dos seguintes programas: Formação Inicial, Formação Continuada e Formação de Formadores; além disso, com a realização do FOFO é possível formar novos formadores, aperfeiçoar o conhecimento dos que já atuam como formadores e consequentemente ampliar o banco de formadores da Escola; estamos muito satisfeitos com a participação dos alunos que durante todo o curso enriqueceram os debates durante as aulas”, finalizou o coordenador.



JORNALISTAS, MAGISTRADOS E SERVIDORES PARTICIPAM DO CURSO COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA

O curso tem como objetivo contribuir com a capacitação dos profissionais da imprensa para promover uma conduta virtual ética, usando adequadamente redes sociais, emails e celulares, além de saber os limites do monitoramento sem violação de direitos, por meio do alinhamento da linguagem da comunicação à linguagem jurídica. Contempla ainda os limites da publicidade e suas eventuais implicações jurídicas, possibilitando uma aproximação do Poder Judiciário com os meios de comunicação.

A diretora de Comunicação do TJTO, Kézia Reis, explicou que a proposta do curso surgiu no encontro Café com o Judiciário, realizado no primeiro semestre, onde o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, se reuniu com profissionais da imprensa, apresentou a proposta de sua gestão e ouviu demandas dos jornalistas.

No primeiro dia do curso, os profissionais de imprensa, assessores, magistrados e servidores do Sistema de Justiça conheceram a organização do Judiciário tocantinense bem como suas peculiaridades, como as atribuições de um juiz federal e estadual, o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a divisão das entrâncias, entre outros assuntos. O cronograma do curso contemplou os temas: Organização Judiciária do Tocantins; Jornalismo Jurídico; Sistema e-Proc; Marketing e segurança digital para comunicadores; Segredos da boa reportagem e pautas que surpreendem. As aulas foram ministradas pelo juiz Luis Otávio de Queiroz Fraz, mestre em ciência Política Jurídicos; pelo jornalista João Camargo Neto; pela assessora jurídica Pamela Rocha Pires Ferreira; pelo especialista Luiz Gustavo da Luz; e por Janaina Depiné, especialista em comunicação e mestre em Ensino Superior.

O assessor de imprensa da Secretaria de Segurança Pública, Werbert Araújo, afirmou que "o curso ajuda, tanto os profissionais que atuam na imprensa como no Judiciário, a estreitar laços e beneficiar o cidadão com uma informação clara e objetiva".





CURSO BÁSICO MEDIADOR JUDICIAL É FINALIZADO COM SUCESSO

A Política Judiciária Nacional de Solução Adequada dos Conflitos e de Prevenção de Litígios prestigia os mecanismos consensuais na pacificação social, como a conciliação e a mediação, tanto que os tribunais do País estabeleceram como Meta 03, para 2019, o aumento dos casos solucionados por meio da conciliação. Uma iniciativa do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução Pública (NUPEMEC) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) foi realizado o curso Básico de Formação de Mediador Judicial, com o objetivo de desenvolver nos participantes o autoconhecimento e o aperfeiçoamento de habilidades, tornando-os mais conscientes da influência que exercem no desempenho das equipes de trabalho.

O curso foi proposto para realização de três turmas, divididas nas comarcas de Araguaína, Gurupi e Palmas, contemplando servidores das 41 comarcas do Estado. O curso teve como públicos-alvos servidores do Poder Judiciário Tocantinense, servidores de outros poderes e profissionais de quaisquer áreas que demandem a compreensão e utilização de ferramentas de administração de conflitos. As inscrições no curso foram deferidas após processo seletivo realizado pela Esmat, e para cada turma foram fornecidas 32 vagas, sendo todas preenchidas ao final do processo seletivo. Integram o quadro de professores do curso: Beatriz Alves da Luz, assessora jurídica da Vara de Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Araguaína-TO/TJTO; Daniela Guimarães Sales, conciliadora/mediadora no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; a especialista Hellen Cristini da Silva Leme, técnica judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e conciliadora judicial no Cejusc da Comarca de Gurupi-TO; Lorena da Cruz Neves Pimenta Gutierrez, assessora jurídica do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

O curso foi dividido em duas fases, sendo que a fase teórica – aulas presenciais – já foi realizada nas comarcas de Araguaína, Gurupi e Palmas, e a fase prática – estágio –, de responsabilidade do NUPEMEC/CEJUSCs, segue em andamento com previsão de término para abril de 2020. Com atividades teóricas e práticas, o curso será de grande relevância para o Poder Judiciário Tocantinense, pois proporcionará um aumento significativo de pessoas capacitadas em mediação.



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA É TEMA DE CURSO NO JUDICIÁRIO TOCANTINENSE

Magistrados, assessores e servidores da área-meio da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Tocantins participaram do curso Regularização Fundiária nos dias 9, 10 e 11 de dezembro de 2019, na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT).

O curso foi realizado com o objetivo de oportunizar aos participantes conhecer as normas jurídicas, as etapas e o desenvolvimento dos procedimentos previstos na Lei Federal nº 13.465, de 2017, que trata da Regularização Fundiária Rural e Urbana e sobre a Regularização Fundiária no âmbito da Amazônia Legal, bem como da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

As aulas foram ministradas pelos professores Lucimara Albieri, doutora em Arquitetura e Urbanismo; Vagmo Pereira Batista, especialista em Direito Civil; Vinícius Salomão de Aquino, mestre em Direito Econômico; e pelo juiz Wellington Magalhães, mestre em Direito Constitucional. Durante o curso foram elucidados temas como: *Regularização Fundiária Urbana*; *Regularização Fundiária Rural*; e *Aspectos Ambientais da Regularização Fundiária*.





CURSO TÉCNICA LEGISLATIVA É REALIZADO NA ESMAT

Nos dias 11 e 12 de dezembro, servidores e magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins participaram do curso Técnica Legislativa, realizado pela Esmat com o objetivo de qualificar a atuação dos participantes no tocante à elaboração de textos normativos, relatórios e pareceres, mediante noções básicas de técnica legislativa.

O curso foi ministrado pelo professor especialista André Leandro Barbi de Souza, que durante as aulas elucidou sobre os temas: O Processo Legislativo e o Estado Democrático de Direito; Noções Fundamentais de Legística e Técnica Legislativa: definições e localização do tema no direito positivo; Normas Federais, Estaduais e Regimentais Pertinentes à Elaboração de Atos Normativos; Normas Jurídicas: tipologia e hierarquia legal; Elaboração de Atos Normativos: etapas e cuidados especiais; Ato Normativo: formato, articulação e técnica redacional; Alteração e Consolidação das Leis e de outros Atos Normativos; Elaboração de Relatórios e Pareceres: regras fundamentais.

O curso contou com a participação de 30 alunos, dentre eles, magistrados, servidores lotados na presidência do TJTO, na Corregedoria-Geral de Justiça e na Diretoria Geral do Tribunal.





Eventos





WORKSHOP SOBRE METAS ORGANIZACIONAIS E ALTA PERFORMANCE

Voltado para servidores e magistrados que atuam nos gabinetes dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o Workshop “Alinhamento de Metas com Foco para Gabinete”, foi realizado com o fito de alinhar a equipe com a meta organizacional, por meio da formação do time de alta performance, para trabalhar com motivação e determinação, a fim de garantir qualidade nas ações em desenvolvimento.

O evento foi realizado em dois encontros, o primeiro apresentou reflexões sobre o cenário da atualidade e suas causas; a importância da adaptabilidade ao meio para garantir os resultados esperados, da formação de um time de profissionais de alta performance e diferença entre times e grupos. Já o segundo abordou temas como: Comportamentos; Motivadores; Talentos; Valores; Crenças; Engajamento; Cooperação; Alinhamento de metas.

Os temas foram apresentados pela palestrante Gertrudes Silva Gomes Vieira (Tudy Vieira), Administradora Especialista em Planejamento e Gestão Empresarial. Personal & Professional Coach, Executive Coach. Master Coach com o trainer internacional Hendre Coetzee, pelo Behavioral Coaching Institute e reconhecida pela Internacional Coaching Council. Neuro Coaching com o trainer internacional Srini Pillay. Analista Alpha Assessment com os trainers internacionais Kate Ludeman e Eddie Erlandson.



FONAJUV E FONAJUP SÃO ABERTOS E COMPROMETIMENTO DOS JUÍZES COM A INFÂNCIA E JUVENTUDE É RESSALTADO

Juizes da área da Infância e Juventude de todo o País reuniram-se em Palmas para o XXIV Fórum da Justiça Juvenil (FONAJUV) e do VI Fórum da Justiça Protetiva (FONAJUP), promovidos pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), com o apoio da Associação de Magistrados do Estado do Tocantins (ASMETO), Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e a Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude (ABRAMINJ). Compuseram a Mesa de Abertura, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto; o diretor geral da Esmat, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas; a secretária nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Petrucia de Melo Andrade; o presidente da Abraminj, desembargador José Antônio Daltoé Cezar; a secretária da Criança e do Adolescente da Associação dos Magistrados do Brasil, desembargadora Valéria Rodrigues; o presidente do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude, juiz Sérgio Luiz Ribeiro; o presidente do Fórum da Justiça Juvenil, juiz Carlos José Limongi Sterse; o presidente do Fórum da Justiça Protetiva, juiz Haroldo Luiz Rigo da Silva; e o coordenador estadual da Infância e Juventude do Tocantins, juiz Frederico Paiva Bandeira de Souza.

“Um judiciário moderno não se faz apenas com tecnologia de ponta. O judiciário é feito por pessoas, que precisam de constante aprimoramento e incentivo para realizar, da melhor maneira possível, o seu trabalho”, ressaltou o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ao falar da importância dos debates nacionais em busca de novos avanços na área da Infância e Juventude, durante a abertura do Evento. O desembargador ainda lembrou a atuação do Judiciário tocantinense, que possui três juzgados especiais da Infância e Juventude, localizados em Palmas, Araguaína e Gurupi. “Essas unidades atuam de forma a garantir a segurança, até mesmo emocional, de crianças e adolescentes. Na oportunidade, citamos como ação relevante a implantação da Sala de Depoimento Especial para crianças e adolescentes, já em fase de testes”, afirmou.



Durante o Fórum da Justiça Juvenil foram realizados os painéis: Estudo da PUC/Minas sobre Reincidência Juvenil, apresentado pelo professor Luis Flávio Saporì (PUC/Minas – doutor em Sociologia) e como debatedora a desembargadora Valéria da Silva Rodrigues Queiroz; Unificação de Medidas de Meio Aberto (Liberdade Assistida e Unificação Heterogênea), que teve como debatedor o juiz Eguiliell Ricardo da Silva (TJMS); Cumprimento de Medida Socioeducativa Privativa de Liberdade pela Pessoa Transgênera, apresentado pela juíza Lavinia Tupy Vieira Fonseca (TJDFT) e como debatedora a juíza Vanessa Cavalieri Felix (TJRJ).

O comprometimento dos juízes com a vida e segurança de crianças e adolescentes também foi ressaltado pelo presidente do Fórum da Justiça Juvenil, Carlos José Limongi Sterse, mas reforçou que ainda há muito que avançar. “Precisamos dar ênfase à justiça restaurativa, é necessário políticas públicas sobre bases diferenças, mudança no modelo de diálogo do judiciário com a sociedade”. Sterse também falou sobre a necessidade de acabar com a invisibilidade da criança em acolhimentos. “Na Adoção, se ama o que se vê. Uma simples informação do time que a criança torce pode chamar a atenção de família para adoção”.

Já o Fórum da Justiça Protetiva destacou, em sua programação, a campanha Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento – A Mudança de Paradigma na Justiça Gaúcha, abordada pela juíza Nara Neuman Cano Saraiva, do TJRS. O tema Legislação e Provimentos do Conselho Nacional de Justiça, que foi apresentado pelas facilitadoras: juíza do TJPR, Noeli Salete Tavares Reback; juíza do TJSP, Mônica Gonzaga Arnoni; e juíza do TJSC, Ana Paula Amaro. A Roda de Boas Práticas – Círculo de Construção de Paz –, com o tema *Projetos de Justiça Restaurativa na Área Protetiva de Facilitadores*, foi comandada pelos juízes Haroldo Luiz Rigo da Silva (TJSE), Hercília Maria Fonseca Lima Brito (TJSE) e Marcelo Naleso Salmaso (TJSP).

A importância dos debates sobre a Infância e Juventude também foi ressaltada pelo presidente do Fórum da Justiça Protetiva, Haroldo Luiz Rigo da Silva, que explicou que a junção dos dois fóruns foi uma decisão colegiada protetiva e juvenil. “Quem ganha são as crianças e os adolescentes com esse conhecimento compartilhado em benefício deles. Magistrados são insubstituíveis e a área é espinhosa, com o nosso trabalho transformamos vidas, até mesmo a nossa”, declarou.





ESMAT REALIZA SEMINÁRIO SOBRE PERSPECTIVAS PARA A AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Avaliação e autoavaliação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como também produção técnica nos programas profissionais foram debatidos no Seminário Perspectivas para Avaliação da Pós-Graduação: tendências e estratégias. Uma iniciativa dos Programas de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PPGPJDH) e de Modelagem Computacional de Sistemas, o Seminário objetivou possibilitar o fortalecimento da Pesquisa e Produção Técnica, por meio da integração do corpo docente, discente e representantes da Capes.

O Evento contou com a participação de dois renomados pesquisadores: o professor doutor Robert Verhine, coordenador nacional da área de Educação da Capes; e o professor doutor Eduardo Winter, coordenador nacional adjunto da área interdisciplinar da Capes. Robert Verhine afirma que “o aspecto mais importante e mais desafiador do trabalho de coordenador de área é o estabelecimento de critérios e indicadores que captam a essência da qualidade de um programa”.

O Seminário foi realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em parceria com a Escola Superior de Magistratura Tocantinense (ESMAT). Em sua programação, o Evento abrangeu aspectos relacionados à pesquisa nos programas *stricto sensu*, com os seguintes temas: *Impactos e Inserção Social dos Cursos de Pós-Graduação*; *Novidades sobre Processo de Avaliação e Autoavaliação na Pós-Graduação/Capes*; e *Produção Técnica nos Programas Profissionais*.





Sobre a Produção Técnica

A Produção Técnica é resultado de diversas atividades acadêmicas e profissionais, com geração de variados tipos de informação e com aplicações diversas. A realização de trabalhos técnicos requer a aplicação de conhecimentos e a realização de pesquisas que sejam reconhecidas e valorizadas. Algumas áreas desenvolvem mais atividades técnicas que científicas, havendo diferença de tratamento da Produção Técnica pelas agências de fomento CAPES e CNPq, ou seja, uma mesma atividade é classificada de forma distinta pelas agências. Melhorar os serviços de coleta, apresentação dos dados, identificação, classificação e, ainda, a possibilidade de comunicação e recuperação da Produção Técnica são objetivos das ações desenvolvidas pelas instituições acadêmicas e as agências de fomento em busca da padronização, sua disseminação e acesso por meio de Repositórios Institucionais.



OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO DISCUTE ALIENAÇÃO PARENTAL, COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E EMPATIA



Realizada em maio de 2019, a Oficina teve como objetivo incentivar as boas práticas parentais e estimular as famílias a entenderem os efeitos do conflito de um modo diferente, bem como capacitar expositores da Oficina de Parentalidade e Divórcio, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça como política pública de prevenção e resolução dos conflitos familiares, e, como tal, sugerida aos tribunais, nos termos da Recomendação nº 50, de 8 de maio de 2014, do Conselho Nacional de Justiça. A ação foi desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como política pública de prevenção e resolução dos conflitos familiares, e tem como principal objetivo a capacitação de instrutores. No Tocantins, a oficina foi promovida pelo Poder Judiciário, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o evento contou com a participação de cerca de 100 magistrados e servidores.

Durante as atividades, foram debatidos temas como: *Oficina da Parentalidade e Divórcio: Importante Instrumento para a Propagação da Cultura de Paz. Conceito, Inspiração, Objetivos, Metodologia, Recursos, Públicos-Alvo, Formação dos Grupos. O que o instrutor precisa saber sobre a Alienação Parental, a Comunicação Não Violenta e a Empatia. Apresentação: Oficina de Pais, Oficina das Crianças, Oficina dos Adolescentes. Como lidar com situações difíceis. Melhores momentos da Oficina. Resultados Práticos.*

A juíza Vanessa Aufiero da Rocha, do Tribunal de Justiça de São Paulo, ministrou palestras sobre a importância das oficinas de parentalidade para a propagação da cultura da paz. Já as psicólogas Fabiana Cristina Aida da Silva e Cristina Palason Moreira Cotrim, colaboradoras da Oficina de Pais e Filhos do Conselho Nacional de Justiça, também ministraram atividades durante a Formação de Instrutores da Oficina de Parentalidade e Divórcio. A parte prática – estágio e oficinas – será realizada no período de um ano, com término das ações previsto para junho de 2020, de acordo com as escalas de cada Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).



ÉTICA, CIDADANIA E DEMOCRACIA NO CENTRO DOS DEBATES EM SEMINÁRIO PROMOVIDO PELA OUVIDORIA

Cada vez mais os cidadãos estão exigindo da Administração Pública uma prestação de serviços de qualidade que atendam aos princípios constitucionais de eficiência e eficácia e funcionem com transparência e visibilidade. Ciente disso, a Ouvidoria Judiciária do Estado do Tocantins, por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, realizou o Seminário Controle Social, Ética e Serviço Público, com o objetivo de contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria, bem como reafirmar a importância da participação dos usuários na prestação dos serviços públicos.

“Hoje em dia costuma-se pensar que ética tem a ver apenas com roubar ou não roubar, mas a ética está presente em cada atitude do nosso dia a dia, por menor que seja. Com relação ao trabalho de um magistrado, por exemplo, os valores da ética são de uma importância fundamental para a tomada das suas decisões”. Essas foram as palavras do palestrante Alan Barros Bitar na abertura do Seminário.

Para o professor Alan Barros Bitar, mestre em Administração, a sociedade exige cada vez mais da administração pública uma prestação de serviços de qualidade que atendam a princípios constitucionais como eficiência e transparência. “Devemos levar a ética e os valores da vida pessoal para o serviço público, como forma de prestar um serviço cada vez melhor e que atenda às demandas da sociedade”, afirmou o professor.

O Evento foi transmitido ao vivo, via satélite, para as telessalas instaladas nas 41 comarcas do Estado, e contou com a participação de magistrados e servidores do Poder Judiciário, operadores do Direito, estudantes e sociedade em geral.





XIV SEMINÁRIO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL

Com a presença do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Helvécio de Brito Maia Neto, e do diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), desembargador Marco Villas Boas, a abertura do XIV Seminário Ambiental, Constitucional e Internacional, em junho de 2019, foi marcada por discussões e troca de experiências acerca de temas e decisões comuns entre países europeus e latino-americanos, envolvendo direitos fundamentais dos povos, como uso dos recursos naturais e gestão de riscos ambientais e segurança humana.

A importância do debate foi ressaltada pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins ao dar as boas-vindas aos participantes. “Temos consciência de que a nossa vida e a nossa saúde estão intimamente ligadas ao cuidado da casa de todos nós. Isto é, a saúde do Planeta, e de modo mais particular com o ambiente natural e seus recursos que estão próximos a nós e dos quais precisamos”, afirmou o presidente Helvécio Maia Neto.

Realizado em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o Evento teve como finalidade possibilitar e oportunizar aos servidores e magistrados do Poder Judiciário Tocantinense, juristas, professores e acadêmicos de direito um diálogo transversal e interdisciplinar afeto às áreas do Direito Ambiental, Direito Constitucional e Direito Internacional. No primeiro painel do Seminário, mediado pela coordenadora do Seminário, professora doutora Bleine Queiroz Caúla, destacou-se a gestão de risco ambiental, com a professora da Universidade Lisboa, Carla Amado Gomes, que abordou decisões da Corte de Justiça da União Europeia sobre acidentes ou desastres ambientais com foco no Direito de Saber. Ou seja, o direito que as pessoas têm de ser informadas seja pela administração pública, seja por empresa privada, dos riscos a que estão expostas. A palestrante aproveitou para comparar a legislação sobre o tema em alguns países, destacando a da Suécia, de um século atrás, que determinava que o cidadão tivesse acesso irrestrito a informações públicas. Mesma linha seguida pela Dinamarca e Finlândia.

Na sequência, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, fez, durante sua apresentação, um passeio histórico para mostrar que o direito à autodeterminação dos povos passa pelas reivindicações de domínio territorial feitas pela Espanha e Portugal durante o descobrimento das Américas, direito esse que era concedido e assegurado pela própria igreja. De outro modo, explicou o desembargador, veio dos próprios religiosos europeus a defesa dos povos indígenas. O magistrado também explicou que foi no pós-guerra que a Organização das Nações Unidas (ONU) revisou o conceito de autodeterminação dos povos, quando os Estados Unidos já pensavam na libertação de povos subjugados. Daí veio o advento da Carta das Nações, a qual estabelecia que os povos das colônias na África e América Latina tinham direito ao desenvolvimento social, econômico, cultural e político.





Durante sua apresentação, o secretário executivo do Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime (COPLAD) da Organização das Nações Unidas, programa do Instituto Nacional de Luta Antidrogas (INALUD), Eduardo Leite lembrou que Segurança Humana é uma tendência muito recente e começa pela família, com foco nas crianças ao citar a frase: “Eduquem as crianças para que não seja necessário punir os adultos”. Erradicação da pobreza, combate às alterações climáticas, paz e justiça e parcerias para sustentabilidade estão entre os 17 objetivos da agenda da Organização das Nações Unidas, até 2030. Sobre recursos, o secretário destacou o bilionário Fundo Fiduciário desta Organização, que financia projetos de segurança em comunidades carentes (12% para países da América Latina e Caribe, entre os quais o Brasil), mas que não são utilizados devido à falta de projetos e também ao cenário político desses países marcados pela corrupção. Segundo ele, o país que quiser ter acesso a esses recursos tem de buscar parcerias com empresas privadas, porque elas seriam mais engajadas que o Poder Público.

Seguindo a programação dos painéis, Rùben Miranda Gonçalves, da Universidade de Santiago de Compostela, na Espanha, falou do Patrimônio Cultural Subaquático, destacando a legislação falha sobre a identificação e a preservação de patrimônio subaquático na maioria dos países, como o Brasil, que não chegou a assinar nem o Convênio de Paris, estabelecido em 2001. Já a professora Ana Maria D'ávila Lopes, da Unifor, falou sobre a importância do ativismo judicial para se conseguir decisões mais acertadas e que atendam aos anseios da sociedade em relação aos direitos humanos, mas também fez críticas a decisões da Corte Interamericana contra países que violam os direitos humanos, mesmo em desconformidade com a jurisdição daquele país.



Lançamento Livro

Na ocasião, Villas Boas apresentou o livro “Formação Humanística de Mediadores Judiciais Cíveis em 24 países – Um caminho transformativo para a cultura de paz transnacional”. A autora é Raika Oliveira Soares Valadares e a obra é resultado de seu mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Servidora da Justiça Federal, da 1ª Região, Raika agradeceu a oportunidade de expandir seus horizontes.



PALESTRA SOBRE APOSENTADORIA TEM INTENSA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS NA ABERTURA DA 5ª EDIÇÃO DO PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

Dicas preciosas e intensa participação de servidores e magistrados marcaram a abertura da 5ª Edição do Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, realizado no auditório da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Com a palestra *A melhor Idade para Empreender*, o professor mestre Alexandre Cerqueira apontou os vários caminhos para uma aposentadoria segura, digna e com qualidade de vida, centrada no equilíbrio financeiro, no desenvolvimento da capacidade de empreender e na busca do melhor investimento. Tranquilo e empolgado estava o servidor Pedro Coelho de Souza, que conta com mais de 40 anos como oficial de justiça e avaliador. “Eu achei excelente a palestra, pois o professor é um PHD no assunto e nos ensinou e informou sobre coisas boas e importantes. A vida tem seus encantamentos em todas as suas fases, desde que vivida na sua essência”, afirmou Pedro Coelho.

A palestra teve como destaque a interação entre o público e Cerqueira, que, numa linguagem bem acessível, enumerou uma série de oportunidades que estão ao alcance do futuro aposentado e lhe garantirão sucesso e qualidade de vida, mas também apontou os riscos que rodeiam a trilha do futuro empreendedor. O palestrante respondeu a todas as dúvidas dos participantes e falou sobre técnicas de venda e negócios que estão em alta. De igual modo, deu dicas para quem deseja equilibrar as finanças e ressaltou que para tal fim é primordial mudar comportamento, cortar gastos supérfluos, negociar dívidas a juros mais baixos e dentro da capacidade de pagamento, sendo fundamental gastar menos do que arrecada.



Além disso, deu dicas sobre os melhores investimentos e como conseguir a melhor rentabilidade nas diversas formas de aplicação – poupança, fundos de renda fixa, variável, com rendimentos pré-fixados ou pós-fixados, tesouro direto, além de outras opções de investimentos, alertando para seus riscos, taxas de administração e impostos. E encerrou o bate-papo revelando a chave do sucesso, segundo ele formado pelo tripé: fé, família e trabalho.

“Há muitas pessoas que entram em depressão ao não saber lidar com esse ócio. E o Programa de Preparação para a Aposentadoria é muito importante para se evitarem problemas ao prepará-las para esse momento e fazer com que entrem de forma tranquila numa nova etapa da vida”, lembrou o professor Cerqueira, ao alertar para os riscos emocionais e psicológicos aos quais pode estar sujeito quem não fez uma preparação adequada para a aposentadoria.

Além da palestra de abertura, o programa realizou oficinas temáticas restritas aos inscritos no Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA), com o objetivo de trabalhar de forma específica os temas: *Aposentadoria, Saúde e Qualidade de Vida; Trabalho, Previdência e Direitos Sociais; e Projetando o Futuro.*

“Eu acredito que a aposentadoria seja a melhor fase da vida da pessoa, desde que ela se prepare”.

Professor Mestre
Alexandre Cerqueira





V EDIÇÃO DO FÓRUM TOCANTINENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO É REALIZADO NA ESMAT

Em sua 5ª edição, a programação do Evento contou com a participação de pesquisadores renomados da área de Tecnologia da Informação, a apresentação de práticas de sucesso nesta área, aplicadas nas Instituições do Poder Judiciário Tocantinense, e a exposição de artigos de pesquisa na área de tecnologia, desenvolvidos pelos alunos do Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas.

A palestra de abertura foi ministrada pelo professor doutor Paulo Rodrigo Cavalim, que conversou com os participantes sobre a “Aprendizagem de Máquina: o que é e uma visão sobre o cenário atual e aplicações”. O especialista em ciência da computação e pesquisador na IBM Research – Brazil ressaltou o aumento da procura no mercado por profissionais que atuem na área de inteligência artificial e também sobre a responsabilidade das pesquisas nos avanços conquistados pelas áreas de tecnologia. Segundo Cavalim, as redes neurais já são utilizadas em várias aplicações diárias, seja em pesquisas ao utilizar o Google como a ferramenta de tradução, e até mesmo no *feed* das redes sociais. As aplicações da inteligência artificial estão no dia a dia. Lembrou ainda que a aprendizagem de máquina auxilia hoje na seleção de corte de madeira e nas áreas médicas, como nas imagens de detecção automática de câncer, e pode propiciar mais

segurança na impressão digital, reconhecimento de manuscritos e de faces e da íris. O professor alertou que os profissionais devem se preocupar com o futuro agora e também se adaptarem aos novos desafios com foco no mercado corporativo, que tem muita expectativa e é célere. “Cada vez mais procurada, a Inteligência Artificial controla a parte científica e industrial. O reconhecimento de objetos de imagem, por exemplo, hoje já existem sistemas que possuem performances melhores que humanos”.

A fim de esclarecer melhor a transdisciplinaridade na Tecnologia da Informação, o professor doutor João Bosco Mota Alves falou sobre “Teoria Geral de Sistemas, as Tecnologias da Informação e Comunicação e Tomada de decisão”. De acordo com ele, “quando se conhece uma organização sistêmica, se conhece a parte visível. É preciso mergulhar para ver um pouco mais, com mais detalhes. Evidentemente, uma modificação no ambiente pode gerar uma modificação no sistema e vice e versa. A tomada de decisão está sujeita ao erro, mas ainda é necessária. E quando a decisão coletiva acaba sendo individual, a chance é maior ainda. E é nisso que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem nos auxiliar”, explicou.



Em seguida, compuseram a Mesa Redonda, com o tema *As melhores práticas no uso da Tecnologia no poder Judiciário Tocantinense*, o professor doutor Gentil Veloso e os debatedores Marcelo Leal, diretor da Tecnologia de informação do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Neuton Melo, servidor da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), Vaníus Girodo Brito, representando o Tribunal de Contas do Estado (TCE-TO), e Cleoberte Santos, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-TO). Oportunizando integração da comunidade surda, o Evento foi traduzido para a linguagem de sinais. E os alunos do curso de Letras Libras da Universidade Federal do Tocantins se emocionaram com a apresentação de um robô programado para exercer a linguagem. Seguindo a programação do Evento, foram expostos artigos científicos desenvolvidos pelos alunos do Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas, turma esta formada por servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Por uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Modelagem Computacional de Sistemas, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), o V Fórum foi aberto ao público em geral e teve como objetivo fomentar o encontro entre professores, acadêmicos e profissionais da área de Tecnologia da Informação, para divulgação e discussão de estudos de excelência nas diversas áreas do conhecimento que envolvem a Tecnologia da Informação, bem como a integração de pesquisadores e demais interessados. O Evento contou com a participação de magistrados e servidores do Poder Judiciário, acadêmicos dos programas de Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas, acadêmicos dos cursos de graduação em Tecnologia, professores, profissionais, integrantes do sistema de Justiça e membros da sociedade em geral.





I WORKSHOP ALTERNATIVAS PENAIS GERA DEFESA UNÂNIME DE MUDANÇAS NO SISTEMA PRISIONAL PARA EVITAR REINCIDÊNCIA E REDUZIR ENCARCERAMENTO

Uma iniciativa da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, com o apoio institucional do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o evento foi realizado no dia 13 de setembro de 2019, com o objetivo fomentar debates sobre o contexto, desafios e perspectivas das Alternativas Penais, bem como propor a constituição de um grupo de trabalho formado por integrantes do Sistema de Justiça, para o fortalecimento da Política de Alternativas Penais no Estado do Tocantins, com a finalidade de construir um plano estratégico para o desenvolvimento e implantação de serviços de alternativas penais, com foco na responsabilização, prevenção e proteção social.

O secretário executivo da Secretaria de Cidadania e Justiça, Geraldo Divino Cabral, durante a abertura do evento falou sobre a evolução do Tocantins com as Cepemas e a importância do projeto, que já tem inspirado trabalhos acadêmicos. “Hoje o preso está contido, amanhã estará contigo. Como eu quero que esse preso saia? É importante as instituições se unirem para desenvolver políticas e a participação da sociedade empregando essas pessoas”, destacou.

O juiz Jordan Jardim, na oportunidade representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, citou números da população carcerária para lembrar a ineficiência do sistema prisional. “Precisamos, urgentemente, dar uma resposta a esse encarceramento ilógico e as alternativas penais representam uma grande melhora. Isso deve acontecer com todas as instituições envolvidas. Discutir, ouvir e avançar com outra forma que não o encarceramento”, acredita.



O juiz Océlio Nobre da Silva, na oportunidade representando o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, disse que a Escola tem orgulho de receber o Evento, que vem ao encontro do propósito da Escola, qual seja, aprimorar o sistema de Justiça. “O número de pessoas encarceradas aumentou, não temos mais onde pôr infratores e mesmo assim as pessoas continuam com o sentimento de medo e insegurança. Onde se vê morte em presídios, as pessoas aplaudem. Esse é o momento de aprimorar o sistema de justiça, para que a gente consiga irradiar ideias, compartilhar para poder avançar”, disse.

Para Murilo da Costa Machado, superintendente de defensores públicos, o sistema prisional está falido. “O Brasil é um país que encarcera muito e encarcera mal. Muitas vezes as pessoas só enxergam essa alternativa para punir o ilícito. Mas podemos trazer uma solução com as alternativas penais envolvendo todos os atores, para que se torne uma cultura”, declarou.

O advogado Maurício Kraemer Ughini, representando o presidente da Ordem dos Advogados do Tocantins, mostrou preocupação com o quantitativo de reincidentes. “Sabemos que o nosso sistema é progressivo e que a maioria dos encarcerados retorna ao sistema prisional. Mas o nível de reincidência com penas alternativas é baixo. Quando pensamos na finalidade da punição, temos de pensar como vamos entregar para a sociedade. Hoje não temos a prevenção esperada nem a reintegração ao sair da cadeia”, disse.

Já a subprocuradora-geral de Justiça, Maria Cotinha Bezerra Pereira, destacou a união de esforços. “É muito importante que a sociedade se mobilize de mãos dadas com as instituições e busque alternativas. A sociedade não está preocupada, uma vez encarcerado que continue lá. E quando ele sai, ainda continua marginalizado, porque tem dificuldade de arrumar emprego e socialização. Nós precisamos acreditar nas alternativas penais e que a pessoa que errou, pagou a sua pena, pode voltar para a sociedade”, defendeu.

Durante o Evento, foi outorgada a medalha “Desembargador Antonio Rulli Junior”, comemorativa aos 15 anos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Receberam a honraria o juiz Jordan Jardim, coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tocantins, e o juiz Océlio Nobre da Silva, juiz auxiliar do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

O Evento contou com a participação de servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins; Ministério Público Estadual; Defensoria Pública Estadual; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seccional Tocantins; Conselho Penitenciário, Conselho da Comunidade; e servidores das Cepemas.



FÓRUM DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – CONSELHEIRO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, ARNALDO HOSSEPIAN, VÊ AÇÕES DO CEMAS-TO COMO REFERÊNCIA PARA O PAÍS

Com o objetivo de sensibilizar os profissionais da saúde e operadores do direito que atuam direta ou indiretamente com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com a Judicialização das Ações e Serviços da Saúde Pública, fomentando a interlocução entre si, bem como destacar a importância da desjudicialização como um canal de aprimoramento da ação estatal, foi realizado o Fórum Judicialização da Saúde – Tocantins. O Fórum é uma iniciativa do Comitê Executivo para Monitoramento das Ações de Saúde do Estado do Tocantins (CEMAS/TO), com o apoio institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). O Evento contou com a participação de palestrantes renomados, dentre eles o procurador Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); o desembargador João Pedro Gebran Neto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4); e a procuradora Luciana da Veiga Oliveira, coordenadora do Comitê Executivo da Saúde do Conselho Nacional de Justiça.

Ao abrir o evento, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Helvécio de Brito Maia Neto, ressaltou “A iniciativa de um evento como este, com o objetivo de conduzir reflexões e sensibilizar os profissionais da saúde e operadores do direito acerca da problemática que envolve a judicialização da saúde, para que, juntos, possamos discutir formas de diminuir as demandas dessa natureza, é, sem dúvida, um excelente canal de aprimoramento da ação estatal”. Em seguida, o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, destacou que “o Fórum é de suma importância na discussão de soluções para uma área bastante sensível como a da saúde, que trata de um direito fundamental do cidadão nas mais variadas conjunturas dramáticas, muitas vezes entre a vida e a morte. E por diversas vezes o Judiciário tem de intervir por hipossuficiência do sistema, cuja causa não é só por falta de recursos orçamentários e financeiros, mas também em razão de políticas públicas equivocadas”.





Também participaram da abertura do Evento, a vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Ângela Prudente; a presidente da Associação dos Magistrados do Tocantins (ASMETO), juíza Julianne Freire Marques; o procurador-geral do Estado, Nivair Vieira Borges; a subprocuradora-geral de Justiça do Estado, Maria Cotinha Bezerra Pereira; o defensor público-geral do Estado, Fábio Monteiro dos Santos; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-TO), Gedeon Pitaluga Júnior; o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Severiano Costandrade de Aguiar; e o secretário estadual da Saúde, Luiz Edgar Leão Tolini.

Ao fazer a palestra de abertura do Fórum, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Arnaldo Hossepian, afirmou que o caminho para se minimizar as demandas judiciais na saúde passa pela via do diálogo, da mediação e da conciliação, com a participação conjunta do juiz, do promotor de justiça, do defensor público e dos gestores públicos. “Nesse sentido, a necessidade de exercitarmos o que o Comitê Estadual do Tocantins faz é absolutamente premente e tem de se esparramar para todo o território nacional”, ressaltou o conselheiro, ao se referir ao CEMAS/TO, coordenado pela juíza Milene Carvalho Henrique, o qual abriga o Núcleo de Apoio ao Judiciário (Natjus-TO).

O conselheiro destacou o projeto do Conselho Nacional de Justiça que deu base à parceria firmada com o Ministério da Saúde, estabelecendo a obrigatoriedade para que cada comitê estadual nos 27 estados da Federação pudesse ter um ponto de apoio técnico ao magistrado e



demais operadores do direito nas questões da saúde. Parceria que garantiu também que os núcleos pudessem ser capacitados e o magistrado, coordenador do comitê, pudesse ter à sua disposição toda a fonte de pesquisa nacional e internacional para produzir conhecimento naquilo que a medicina traz de inovador em relação a medicamentos e procedimentos médicos, como, por exemplo, implantação de prótese. “Numa área em que a tecnologia se desenvolve numa velocidade supersônica, o magistrado precisa ter em mãos ferramenta que lhe traga, de forma rápida, informações técnicas sobre as questões relacionadas à saúde”, frisou.

Durante o Evento, foi outorgada a medalha “Desembargador Antonio Rulli Junior”, comemorativa aos 15 anos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em reconhecimento à contribuição para a construção do conhecimento, o incentivo às boas práticas e a dedicação acadêmica voltada à pesquisa científica, à disseminação do conhecimento e ao aprimoramento da prestação jurisdicional, em atendimento ao princípio constitucional da eficiência. Receberam a honraria o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Arnaldo Hossepian; o conselheiro do Tribunal de Contas de Portugal, José Mouraz Lopes; o desembargador Federal João Pedro Gebran Neto; a juíza federal Luciana Veiga Oliveira; a juíza Milene de Carvalho Henrique; e o juiz Gil de Araújo Corrêa. O Evento foi realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com transmissão ao vivo, via internet, contemplando as 41 comarcas do interior do Estado.

PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS REALIZA O I SEMINÁRIO DA CIDADANIA

Promovido pela Coordenadoria da Cidadania em parceria com o Projeto Corregedoria Cidadã, do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), o Evento apresentou várias palestras que abordaram temas de grande relevância para a sociedade tocaninense, como: Coordenadoria da Cidadania, Juiz Gilson Coelho Valadares; Inclusão dos Indígenas ao Sistema do Poder Judiciário, juizes Wellington Magalhães e Luís Otávio Fraz e a Desembargadora Ângela Prudente; Programa Pai Presente como Instrumento de Efetivação da Paternidade Socioafetiva, Reinaldo Leal; Evasão Escolar, Juiz Carlos Eduardo Mattioli Kockanny e a Juíza Julianne Freire Marques; Justiça na Escola, Desembargadora Maria Zeneide Bezerra Oci e o Juiz Océlio Nobre da Silva; Visão Sistêmica na Resolução de Conflitos, Juiz Cláudio José Gomes Lopes e a Juíza Grace Kelly Sampaio.

Durante a abertura do evento, foi outorgada a medalha “Desembargador Antonio Rulli Junior”, comemorativa aos 15 anos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), em reconhecimento a contribuição para a construção do conhecimento, o incentivo às boas práticas e a dedicação acadêmica voltada à pesquisa científica, à disseminação do conhecimento e ao aprimoramento da prestação jurisdicional, em atendimento ao princípio constitucional da eficiência. Receberam a honraria o juiz Gilson Coelho Valadares e o desembargador João Rigo Guimarães.

“Foi uma descoberta ou um reencontro?” Com essa reflexão, o juiz Wellington Magalhães ministrou a palestra sobre “Inclusão dos Indígenas ao Sistema do Poder Judiciário”. “Sabemos muito pouco da História do Brasil antes de 1500, mas certamente aqui já havia organizações sociais como outras existentes na América Latina, como por exemplo, os Incas”, destacou o juiz Wellington ao contar um pouco da sua experiência à frente do Projeto de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas e das visitas às aldeias da jurisdição da Comarca de Cristalândia. Uma das experiências foi a retificação do registro civil de cerca de 60 indígenas, inserindo o nome da etnia e fazendo alterações ortográficas, seguindo a língua de origem. Os novos documentos foram entregues numa cerimônia que reuniu autoridades e as comunidades indígenas. Dos 60 novos registros, 40 beneficiaram indígenas da etnia Krahô-Kanela e outros 20 atenderam a solicitações de Javaés. “A Justiça não pode negar o direito ao nome”, ressaltou.



Carlos Eduardo Mattioli Kockanny, juiz da Vara da Infância da Juventude e da Família da comarca de União da Vitória (PR), ao iniciar sua apresentação ressaltou, “Evasão escolar é o abandono ou o excesso de faltas que vai levar adiante ao abandono, mas que é identificado por nós muito tarde, quando aparece nos processos como causa ou consequência de outros problemas mais graves”. Durante sua fala, o juiz citou casos que vão para o Judiciário de adolescente infrator – jovem comprometido com álcool ou outros tipos de droga, famílias em situação de risco – os quais poderiam ser evitados se a evasão fosse tratada de maneira antecipada e com qualidade. “Talvez a gente não tivesse de receber lá na frente casos muito mais agravados em razão da omissão de toda a rede da qual o Judiciário faz parte. Então, nossa proposta é de trato dessa questão de maneira planejada, articulada com toda a rede de proteção, até mesmo prevenindo a judicialização para as situações que causam e as que são consequência da evasão escolar”, salientou.

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, apresentou o Projeto Justiça Cidadã, que leva os serviços do Judiciário às comarcas do Tocantins e tem ação efetiva nas escolas municipais. Ele citou Pitágoras – “Educai as crianças para que não seja preciso punir os homens” – como inspiração para o projeto. “Isso despertou nossa curiosidade de fazer uma experiência levando o Judiciário às escolas, para que as crianças pudessem conhecê-lo melhor. Nosso objetivo é promover contato direto entre os alunos das escolas públicas com o Poder Judiciário e os demais atores do sistema de Justiça, por meio de palestras, rodas de conversa e concurso de redação. Nós esclarecemos o que é Justiça Cidadã, e os alunos têm a oportunidade de nos questionar e tirar dúvidas”, explicou.





Com o tema Justiça na Escola, a desembargadora Maria Zeneide Bezerra, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), revelou que desde a década de 80 realiza projetos voltados para a educação. “Nós, magistrados, temos a obrigação constitucional de julgar, mas a gente tem de estar perto do povo. E como fazer isso? Na camada mais importante da sociedade, que é a educativa!”, disse. Ela apresentou, como experiência de sucesso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o programa o *Caráter Conta*, que visa assegurar os pilares universais do caráter: sinceridade, respeito, responsabilidade, senso de Justiça e ética e cidadania, por meio da sistematização desses valores nas atividades pedagógicas das escolas envolvidas. “O número de pessoas alcançadas é muito grande. Daqui para o final do ano vamos alcançar 12 mil professores capacitados, somando mais de meio milhão de meninos e meninas que já foram beneficiados com o programa”, contou a desembargadora. “Nós do Judiciário temos de nos preocupar com a educação no Brasil, porque somente ela pode nos levar a um lugar melhor”, lembrou.

Encerrando a programação do Evento, o juiz Cláudio José Gomes Lopes, coordenador de Constelação e Direito Sistêmico do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) do Tribunal de Justiça de Alagoas, ministrou a terceira palestra da tarde. “Quando a gente olha para o processo, vê só parte dele, a ponta do iceberg. Ampliando a visão é possível enxergar o conflito na sua essência, para evitar novos processos e reincidência. É possível levar as partes a perceberem o que está por trás do conflito e a chegarem a uma construção da resolução. Mais do que punir o outro, que cada pessoa tenha uma percepção de si mesma e o que a motiva no conflito para que ele seja solucionado”, provocou o magistrado.

O Seminário de Cidadania do Tocantins foi realizado com o objetivo de estabelecer o diálogo entre o Poder Judiciário e a comunidade sobre a implementação de projetos e atividades que promovam a cidadania ativa no enfrentamento de problemas sociais, estabelecendo condições e formas de intervenção que tenham impacto positivo na sociedade como um todo. O Evento foi transmitido ao vivo, via internet, e contou com mais de 300 participantes dentre magistrados, servidores e comunidade em geral.



PALMAS SEDIA O 17º CONGRESSO BRASILEIRO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DE DIREITO AMBIENTAL

O Evento é realizado anualmente pela Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil (APRODAB), que nesta edição contará com apoio institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT). Com o tema Proibição de Retrocesso Ambiental, o 17º Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental objetiva promover a sensibilização da sociedade e o debate quanto aos avanços e retrocessos do Direito Ambiental.

Ao abrir os trabalhos, o desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem, agradeceu a presença de todos os participantes e enfatizou que as questões levantadas no Congresso são pertinentes, em especial neste momento complicado, pois é necessária a promoção de um equilíbrio entre desenvolvimento da população e seus meios de produção e a preservação da vida humana por meio do respeito às questões ambientais.

“Vivenciamos gravíssimos problemas ambientais no Brasil. Vivemos um problema gigantesco devido aos cortes e as novas políticas públicas que alargam a escala dos problemas de avanço ilegal do desmatamento, das queimadas, ataques às terras indígenas e demais questões ilegais que estão sendo feitas na Amazônia. No entanto, é possível controlar com novos sistemas de proteção ambiental. Já Alcançamos níveis consideráveis de avanços no âmbito de Direito Ambiental, mas há uma necessidade de alinhar o viver bem, sem deixar de proteger a natureza”.

Desembargador Marco Villas Boas





Após ser condecorado por Villas Boas com a Medalha “Desembargador Antonio Rulli Junior”, comemorativa aos 15 anos da Esmat, o presidente da Mesa, Guilherme José Purvin de Figueiredo, coordenador-geral da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil, destacou a oportunidade de se ter acesso a uma análise de textos com perspectiva ecológica. “Essa visão ecológica dos textos literários se estende para todas as produções culturais, desde a interpretação de um texto, pela análise de elementos ambientais que estavam lá dentro. Todos os textos contêm a natureza. Impossível pensar em qualquer coisa sem pensar no ambiente. E é pela educação ambiental que se internalizam os valores ambientais”.

O painel *Ecocrítica Literária e Direito Ambiental* trouxe quatro explanações de estudiosas do Direito Ambiental sobre o prisma literário. Ao falar sobre o Direito à cidade, com viés da obra *Cidades Invisíveis*, de Ítalo Calvino, a doutora em Direito Ambiental, Ângela Issa Haonat, destacou as consequências do consumo exagerado. A autora chegou a citar versos que relatavam falta de sustentabilidade em uma das cidades descritas no livro, além de dizer que acidentes ambientais são vistos como naturais. “Devemos perceber o mau comportamento como algo banal. Precisamos mudar isso até 2030, muita coisa precisa ser mudada em relação à educação, cidades mais equitativas”. A pesquisadora Sheila Calvacante Pitombeira, doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, trouxe narrativas literárias que dão suporte ao Direito Ambiental e apresentou o tema *A Contemplação do Meio Ambiente Nordestino no Cancioneiro de Luiz Gonzaga*. Já a professora Patrícia Nunes Lima Bianchi, com pós-doutorado em Direito, ao visitar a obra de Ariano Suassuna, trouxe elementos de injustiça ambiental e conversou com o público sobre imposições de justiça social e socioambiental, e a evolução da nossa qualidade de vida material. Por fim, Luciana Cordeiro de Souza Fernandes, doutora em Direito, realizou o lançamento do livro: *Clara e a água do dia a dia*. Ela apresentou suas produções voltadas para o público infantil, com livros que abortam maneiras de preservar os recursos hídricos.



Ao trazer a proposta de *Unidades de Conservação Marinhas e Costeiras como Estratégias de Planejamento*, a especialista Marcia Leuzinger debateu os impactos econômicos das zonas costeiras nacionais. “A nossa zona costeira é super impactada. A nossa colonização e o nosso ciclo econômico começaram lá. A criação de unidades de conservação vai conseguir salvar pouco mais de 7% do que ainda nos resta desse bioma. Precisamos proteger a biodiversidade nessa crise climática gravíssima, antes que seja tarde demais”, alertou. Dando continuidade à programação do Evento, com a temática *Áreas Protegidas como Instrumento de Gestão Ambiental no Brasil*, a professora Renata Rocha abordou a sistematização de unidades de conservação como uma prioridade que vai além de interesses mercadológicos. “Não podemos negar a crise que vivemos, mas a situação pode se agravar nos próximos anos. E entre o que temos de lamentar, é que essa não é uma ideia compartilhada, o coletivo ainda pensa que a vertente agrícola é o único caminho econômico a se seguir”, afirmou. E com o tema *Parques lineares e rios urbanos*, Guilherme José Purvin apresentou “a importância do resgate ambiental para quem ainda acredita na pátria deste país”. “Pensamos hoje em parques lineares urbanos que é uma possibilidade de promover a preservação dos nossos rios. Mas nós temos uma legislação antiga, que não se adapta à realidade que vivemos hoje em dia”, lembrou.

Realizado nos dias 26 e 27 de setembro, o Evento teve em sua programação a apresentação de cinco painéis, com os temas: *Ecocrítica Literária e Direito Ambiental*; *Áreas Protegidas*; *Biodiversidade e Biotecnologia*; *Direitos Humanos e Meio Ambiente*; *Administração e Meio Ambiente – Fiscalização e Licenciamento Ambiental*. O Congresso teve como públicos-alvos magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense, estudantes, professores, profissionais, integrantes do sistema de justiça brasileiros e estrangeiros e membros da sociedade em geral.



Com o tema *Jurisdição e Direitos Humanos na Perspectiva Luso-Brasileira*, a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) realizou a IX edição do Congresso Internacional em Direitos Humanos, em Portugal, nas cidades de Lisboa e Coimbra. O Congresso teve como objetivo interculturalizar o Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, bem como oportunizar aos docentes e discentes do Mestrado e à comunidade em geral a compreensão das reflexões e estudos sobre os temas mundiais e atuais em direitos humanos e sua correlação com a atividade prática da prestação jurisdicional.

Palestrantes renomados participaram do Congresso, durante as atividades foram debatido temas, como: *Direitos Humanos e Educação para a Cultura da Paz; Litígios com Patentes Farmacêuticas: o Decreto-Lei nº 110, de 2018, e o tribunal unificado de patentes; Acesso à Justiça aos Povos Indígenas; Direito da Família e Direitos Humanos; Os Novos Litígios Climáticos: uma questão de direitos humanos; Os Limites do Desenvolvimento da Amazônia Continental; Direito ao Processo Justo: tendências e perspectivas do processo civil brasileiro; Direito à Saúde e Migrações: algumas reflexões à luz dos direitos humanos; Inteligência Artificial e Prestação Jurisdicional; Educação Judiciária e a Função Social do Poder Judiciário no Estado do Tocantins – Brasil: capacitação de magistrados e servidores para efetiva prestação jurisdicional.*

Na Universidade de Lisboa, os trabalhos iniciaram com o pronunciamento do coordenador do Mestrado, professor doutor Gustavo Paschoal, e da vice-presidente do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), professora doutora Carla Amado e do desembargador Marco Villas Boas, diretor geral da Esmat e presidente do Copedem. A conferência inicial foi ministrada pela professora doutora Carla Amado Gomes, com o tema *Os Novos Litígios Climáticos: uma questão de direitos humanos*.

PORTUGAL SEDIA IX EDIÇÃO DO CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS PROMOVIDO PELA ESMAT



No Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, participaram da abertura o diretor geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, o professor doutor Gustavo Paschoal Teixeira de Castro Oliveira, coordenador do Mestrado (PJDH), e o professor Carlos Nolasco, representando o professor doutor João Paulo Dias, diretor-executivo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES). O desembargador Marco Villas Boas ministrou a conferência de abertura com o tema “Os Limites do Desenvolvimento da Amazônia Continental”. Em sua fala destacou que “A Amazônia é uma vasta região riquíssima, não só em biodiversidade, mas também em minerais que são essenciais para a sobrevivência do homem no planeta, tem 83 mil quilômetros cúbicos de água sob o solo que é a maior reserva de água doce subterrânea do planeta”. Lembrou ainda, que a Amazônia abriga um rio com quase 7 mil quilômetros de extensão e que despeja suas águas no Oceano Atlântico. “Talvez a maior bacia hidrográfica do mundo e a maior floresta do mundo que abriga povos diversos em números tribos indígenas de números etnias, cerca de 70 etnias, ainda em estado de isolamento”. Sobre o sistema jurídico brasileiro, Villas Boas ressaltou que a Constituição do Brasil, em seu artigo 225, parágrafo quarto, coloca a Amazônia, dentre outros biomas, como área de interesse ambiental, uma área de proteção, destacando, no entanto, a soberania nacional sobre a região Amazônica brasileira.

O Congresso é uma iniciativa do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional, uma parceria entre a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT). O Congresso tem ainda como parceiros realizadores o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em Portugal o Evento contou com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e do Centro de Estudos Sociais (CES).





III SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E 4º ENCONTRO CEJUSCS

Promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense, o III Seminário sobre Políticas Públicas de Tratamento Adequado de Conflitos e 4º Encontro Cejuscs, se deu com o objetivo de capacitar os participantes e propiciar a troca de experiências que possam contribuir para a melhoria e o aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, voltadas à solução de conflitos, e fomentar a autocomposição e o uso de seus métodos. Com carga horária de 8 horas de atividades, durante o Evento foram apresentados temas, como: *Política Judiciária de Tratamento Adequado de Conflitos: avanços e desafios*; *Resolução de Conflitos com Grandes Empresas*; *A Obrigatoriedade das Audiências do Art. 334 do Código de Processo Civil, nos Cejuscs*; *Sensibilização de Magistrados e Capacitação de Conciliadores e Mediadores para a Efetividade da Política Pública Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos*; *Mesa redonda – Visão da Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos nas instituições do Sistema de Justiça do Tocantins*.

Ao abrir o Evento, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Helvécio Maia, ressaltou que todas as ações do Poder Judiciário vêm sendo pautadas no diálogo com a sociedade e com todos os atores que compõem o Sistema de Justiça. “Entendemos que promover esses importantes fóruns de discussão é o caminho mais seguro e eficiente para oferecer ao cidadão um atendimento cada vez melhor e mais consonante com as novas demandas da sociedade”, afirmou, ressaltando sobre a importância do diálogo para a solução de conflitos. “Tudo funciona melhor quando nos colocamos na posição de ouvinte, para entender e se colocar no lugar do outro”. Na oportunidade, o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC), juiz Manuel de Faria Reis Neto, agradeceu o apoio da Presidência para a realização do encontro e a presença de magistrados e universitários. “É necessário implantar a sementinha da política de tratamento adequado, não só no Poder Judiciário, mas em todas as instituições que trabalham conosco”, destacou.



Na oportunidade, o presidente do Tribunal, desembargador Helvécio Maia Neto, homenageou a desembargadora federal Daldice Santana e o juiz Manuel de Faria Reis Neto, coordenador do Nupemec, com o Medalhão dos 30 Anos do Poder Judiciário do Tocantins. Os dois magistrados também receberam das mãos da desembargadora Etelvina Sampaio, 1ª diretora adjunta da Esmat, a Medalha “Desembargador Antonio Rulli Junior”, comemorativa aos 15 Anos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.

Após a abertura oficial, a coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cejusc de 2º grau (CEJUSC), desembargadora Ângela Prudente, e a desembargadora federal Daldice Santana falaram sobre os avanços e desafios da Política de Tratamento Adequado de Conflitos. “O Poder Judiciário incentiva a autocomposição para a solução de conflitos, bem como a disseminação da cultura da pacificação, e essa reflexão deve ser levada também para a formação dos acadêmicos de direito”, avaliou a desembargadora Ângela. “Estamos perdendo a capacidade de conversar. O juiz não precisa decidir a hora em que a pessoa deve buscar o filho. Estamos terceirizando o papel de dialogar, ou seja, delegar para alguém o poder de decidir por mim. Que a regra seja a busca de solução pacificamente, pois precisamos mudar a cultura do litígio”, apontou a desembargadora Daldice.



Em seguida, a coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC-JEC) de Brasília, Andrezza Gaglianone Passani proferiu a palestra *Resolução de Conflitos com Grandes Empresas*, em sua fala ressaltou “Por vezes, como consumidores, somos jogados de um lado para o outro e quase sempre isso acaba no Judiciário. E se nós ensinarmos as empresas como suas posturas trabalham para o aumento de um *marketing* significativo de propaganda negativa, que traz impactos desfavoráveis para a sua economia e também para uma perda de clientes e altos custos operacionais, elas mesmas vão desejar conciliar”.

Ao abordar o tema *Obrigatoriedade das Audiências do Artigo 334 do Código Processual Civil (CPC) nos Cejuscs*, a juíza Lucicleide Pereira Belo, coordenadora do Nupemec do Piauí, destacou que a obrigatoriedade de audiências de conciliação no começo do processo foi uma ideia revolucionária, muda mitos e atua para o aumento da cultura da conciliação e mediação. “Nós precisamos restabelecer o diálogo. Quem tem a opção de não querer a audiência da conciliação são as partes, não o juiz”, frisou a magistrada.





“É fundamentalmente uma mudança cultural. Já houve um tempo em que o principal trabalho da Justiça era dar a sentença”, lembrou o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Henrique Ávila durante a palestra *Novos rumos da Justiça Conciliativa no Brasil*. Segundo o conselheiro, atualmente a Justiça tem vários meios, chamados de meios adequados, porque há vários conflitos que são mais bem solucionados com a ajuda de um mediador/conciliador. “Ele realiza um bom acordo e soluciona com velocidade, com menos custos para as partes, para a própria Justiça e para o Estado”, explicou.

Ainda como parte da programação, a Mesa Redonda, *Visão de Política Pública de Tratamento em Cada Instituição*, contou com a participação do juiz Manuel de Faria; do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Tocantins, Gedeon Pitaluga Júnior; do promotor de Justiça, Luciano César Casaroti; e da defensora pública, Tatiana Borel Lucindo.

Ao final do Evento, o desembargador Helvécio e a desembargadora Ângela Prudente entregaram a medalha “Desembargador Antônio Rulli Júnior”, em comemoração aos 15 anos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), e também a Medalha Comemorativa aos 30 anos do Poder Judiciário do Tocantins ao conselheiro do Conselho Nacional de Justiça Henrique Ávila, ao presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), juiz Jayme de Oliveira, e à presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ), juíza Renata Gil.



III SEMINÁRIO JUSTIÇA RESTAURATIVA E II ENCONTRO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS

Realizado em outubro, no auditório da Esmat, o III Seminário Justiça Restaurativa e II Encontro de Facilitadores Restaurativos, além de capacitar e atualizar os participantes para que possam contribuir para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas na aplicação das práticas restaurativas, o Evento objetivou explorar estratégias para constituir espaços de aplicação de práticas restaurativas, como alternativa ou apoio à atividade jurisdicional, em especial nas áreas da Infância e Juventude, Execuções Penais, Juizados Especiais Criminais e Violência Doméstica Contra Mulheres; difundir técnicas de diálogo estruturado como resposta colaborativa a situações envolvendo vulnerabilidade social, crimes e conflitos, e como estratégia de prevenção de violências pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A palestra de abertura foi ministrada pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Roberto Portugal Bacellar, que abordou o tema “Prevenção na Resolução de Conflitos”. Em sua fala o magistrado ressaltou “Mais importante que punir é fazer com que todos compreendam os processos e suas responsabilidades. Há anos estamos brincando de fazer Justiça, mas não há resultado. A solução está cada vez mais distante, pois retiramos a humanidade da Justiça. A solução é coletiva e, juntos, passo a passo, longe da eficiência e sim um trabalho de efetivação e, portanto, durável”. O desembargador destacou ser necessário que o conflito não se perca no emaranhado de desorganização e desinformação do Estado. As pessoas precisam de informações para seguir suas vidas e pôr em prática a devida responsabilidade o respeito. “O juiz não julga pessoas, mas fatos. A pessoa não é o crime que cometeu, ela é um ser humano. Há situações em que temos que ouvir as pessoas e buscar soluções”.





Para a diretora de políticas públicas do estado do Tocantins, Mariana Rodrigues “Existe um ciclo de violência, e é na promoção do diálogo, enquanto instrumento para administrar conflitos, que vamos recompor laços sociais; que existe uma mudança de paradigma e queremos atuar para uma Segurança Cidadã. Só conseguiremos isso por meio de políticas públicas que promovam a aproximação dos universos simbólicos”. A diretora foi a responsável pela apresentação do tema *Justiça Restaurativa no Contexto das Políticas de Segurança Pública no Estado do Tocantins*, e apontou as ações que já vêm sendo aplicadas em projetos desenvolvidos, pela mudança de perspectivas.

A facilitadora restaurativa e pedagoga Eliene Diniz ministrou sobre o tema *Justiça Restaurativa nas Escolas*, pelo qual explanou sua experiência e atuação no Projeto Agentes da Paz, realizado em escolas em Araguaína, o qual se estende também para outras instituições, como faculdades e demandas judiciais. “Se queremos uma sociedade de paz, isso deve começar dentro de nós. Os alunos não dialogavam mais, e depois do projeto existe um fortalecimento dos vínculos e a diminuição dos conflitos, até mesmo do *bullying*. A participação da sociedade é eficaz”, afirmou.

A programação ainda contou com a realização das oficinas Círculos da Paz. O Evento contou com a presença de 138 participantes, dentre eles: magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense; profissionais e estudantes da comarca de Palmas; conciliadores credenciados no GGEM; facilitadores restaurativos participantes dos cursos de Formação da Esmat e da Turma de 2015 da Comarca de Araguaína; professores da rede de ensino estadual e do município de Palmas; professores das Universidades conveniadas com a Esmat; servidores da SSP, PM, PC, Polícia Científica, CBM, SECIJU e SEDUC; membros do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil e da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



X CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS



O Congresso Internacional em Direitos Humanos é realizado anualmente pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), como atividade do Programa de Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, oferecido em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Em sua X Edição, o Evento reuniu conferencistas do Brasil, Estados Unidos, França, Espanha, Bélgica e Angola, que, durante os três dias, discutiram sobre o tema principal do Congresso: *Segurança Humana e Desenvolvimento Socioambiental*. Nesta Edição, foram homenageados o professor Rodolfo Petrelli e o professor doutor Edmundo Alberto Branco de Oliveira, membro de comissões na Organização das Nações Unidas (ONU). A programação contou com diversas atividades, como: minicursos, cinedebates, conferências, *workshops*, lançamento de livros e exposição de painéis.

As atividades iniciaram na manhã de 6/11, na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) com a realização dos minicursos, sob a coordenação do professor doutor Aloísio Alencar Bolwerk e da mestrandia Laís de Carvalho Lima. Foram temas dos minicursos: *A Dignidade e o Bem-Estar Animal como Órbita dos Direitos Humanos*; *Da Criminologia Crítica ao Garantismo Penal: Análises Macrossociológicas sobre o Fenômeno da Criminalidade e da Reinserção Social*; *Direitos Humanos e Pessoa com Deficiência*; *O Enfrentamento das Fake News como Política Pública de Combate à Desinformação*. Também foram realizadas as apresentações da atividade “Boas Práticas do Mestrado”, com a apresentação de nove artigos: Instrução Básica e Periódica para Estagiários no Âmbito das Turmas Recursais do TJTO; A Educação em Direitos Humanos na Educação Básica por meio da Literatura: análise jurídica intertemporal da obra o cortiço; Prática Jurídica em Palmas/TO: diálogos entre teoria e prática; Direitos Fundamentais e Acessibilidade; Remissão de Pena pela Leitura; Agentes da Democracia: formação de eleitores e políticos do futuro; Trabalho e Dignidade Humana: promoção de qualidade de vida ao campus de Palmas da UFT; Teoria e Prática Humanizada em Direito e Gênero; Compliance de Sentenças Internacionais e o Impacto das Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ainda na Esmat, e sob o comando da mestra Débora Honório Galan, ocorreu o Cinedebate com a exibição dos filmes: “À Espera” e “Nós”, abordando, respectivamente, direitos da criança e do adolescente e direitos de refugiados.



Durante a abertura oficial do Congresso, ao fazer o pronunciamento representando o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Helvécio de Brito Maia Neto, a desembargadora e vice-presidente, Ângela Prudente, destacou a importância do congresso realizado pelo judiciário tocantinense por meio da Esmat. "O evento tem sido reconhecido pelo potencial de consolidar, gradativamente, na nossa sociedade, no meio jurídico e também acadêmico, as reflexões indispensáveis acerca dos direitos do homem e do cidadão, assim como o estudo, análise e debates das políticas desenvolvidas por parte das organizações nacionais e internacionais em defesa das pessoas", ressaltou a desembargadora.

O diretor geral da Esmat, desembargador Villas Boas abriu oficialmente o Congresso e ressaltou que a união da UFT com a ESMAT foi de suma importância para trazer o empirismo, as especulações acadêmicas e filosóficas, bem como para fortalecer teoricamente as atividades cotidianas da magistratura. "Porque se tem uma coisa que os juízes de Direito fazem cotidianamente é tratar de conflitos de direitos fundamentais. É resolver problemas na sociedade, buscando seu fim último, que é a garantia da paz", ressaltou.



Já o reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Luis Eduardo Bovolato, destacou a relação que se estabeleceu, que vem se construindo e que se fortaleceu entre a Universidade e a Esmat. "É um exemplo, não só da construção de uma parceria sólida que traz resultados positivos para a sociedade, mas é um exemplo também de como uma instituição de ensino público pode criar relações além dos seus muros", frisou.

Com o auditório do Tribunal de Justiça lotado, a abertura oficial do X Congresso Internacional de Direitos Humanos teve como destaque a Conferência Magna dos Estados Unidos da América, com o tema *O Trabalho no Sistema Interamericano e o Papel dos Juízes*, ministrado pela professora doutora Elizabeth Abi-Mershed, com atuação destacada na Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Em sua fala, Elizabeth Abi-Mershed fez um panorama do cenário de perseguição e ameaças a juízes em vários países da América Latina, e explicou as ações e dificuldades da entidade e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (IDH), que fazem parte do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, para apurar as denúncias de violações contra pessoas e comunidades desses países, dentro do que prega a Convenção Americana de Direitos Humanos. A professora enumerou vários países em que essas violações



ocorreram, entre os quais México, Colômbia e Panamá. "São ações de governos que desafiam a democracia, e os juízes não podem ser punidos por falar contra o golpe de estado. Eles precisam ser treinados para dar efetividade à lei que garante os direitos humanos dos povos", ressaltou a professora.

Dando continuidade às atividades do Congresso, em 7 de novembro foram realizadas as conferências: A Política Penal no Brasil: percurso e possibilidades, com a doutora Valdirene Daufemback (UnB/PNUB); A Luta Contra o Terrorismo na França, com a professora doutora Pauline Le Monnier de Gouville (Université Paris II – Sorbonne); O Uso e o Mau Uso dos Direitos Humanos: desafios e perspectivas, com o professor doutor George Andreopoulos (City University of New York / John Jay College of Criminal Justice). Neste mesmo dia, também foram realizados dois workshops com o tema: *Segurança Alimentar: resíduos de agrotóxicos nos alimentos*, mediado pelo professor doutor Gustavo Paschoal (PJDH), e como debatedores a doutora Letícia Rodrigues (UFPR), o professor doutor Henderson Fürst (PUC-Campinas) e Lilian Carvalho Lopes (PJDH/V TURMA); *A Psicanálise do Fim do Mundo*, mediado pelo professor doutor Carlos Mendes Rosa (UFT), e como debatedor o professor doutor Marcus André Vieira (PUC-Rio).





Já o dia 8 de novembro foi marcado pela realização de seis conferências, com os temas: *Microsistemas das Penas Criminais Alternativas*, com o mestre Ricardo Gagliardi (PJDH/IV TURMA); *A Questão dos Refugiados e a Segurança Econômica*, com o professor doutor Erick Cavalcanti Linhares Lima (UERR); *Os Direitos Humanos como Primado de um sentido Holístico de Educação para o Desenvolvimento, em contexto de Multiculturalidade*, com o reitor da UNIA, Filipe Silvino de Pina Zau; *Desafios da Segurança Humana no contexto de Emergência Climática*, com a professora doutora Susana Borràs Pentina; *Os Limites do Desenvolvimento da Amazônia Continental*, com desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas (ESMAT); *Domínio da Segurança Humana no Mundo Plano da Família*, com o professor doutor Edmundo Alberto Branco de Oliveira (ILANUD/ONU). O Evento também contou com o lançamento da Revista ESMAT, Edição Especial Luso-Brasileira, apresentado pelo professor doutor Tarsis Barreto Oliveira (PJDH). Dando continuidade às atividades do dia, foi realizada a Exposição de Painéis, atividade que buscou promover a integração do Programa de Mestrado PJDH com os cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A palestra de encerramento foi proferida pelo professor doutor Edmundo Alberto Branco de Oliveira, membro da Organização das Nações Unidas, com o tema *Domínio da*

Segurança Humana no Mundo Plano da Família. Durante sua fala, Edmundo ressaltou que a formação do cidadão na infância, no âmbito da família, precisa gerar segurança para torná-lo cidadão do mundo. “Não é só a criança ser formada na escola, com um diploma de bacharelado, licenciatura ou academia, mas se sentir segura como cidadão do mundo”, explicou. Ao final do Congresso, o Comitê Permanente da América Latina para Prevenção do Crime, Programa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinquente e o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por intermédio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), assinaram Acordo de Cooperação Técnica, Acadêmica e Científica para colaborar com governos em desenvolvimento social e econômico nos países da América Latina e Caribe, pela formulação e incorporação de planos para implementação de políticas adequadas no campo da prevenção ao crime e da justiça criminal.

Durante os três dias, o Congresso foi transmitido ao vivo, via internet, e contou com mais 500 participantes, dentre eles magistrados e servidores do Poder Judiciário, integrantes do sistema de justiça, profissionais, professores, estudantes e comunidade em geral.





CREDENCIAMENTO DAS ESCOLAS DE GOVERNO É TEMA DA 50ª EDIÇÃO DO COPEDEM

Mais uma vez a capital do Tocantins, Palmas, sediou o Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM), em sua quinquagésima edição. A abertura do Encontro foi realizada no dia 28 de novembro de 2019, no Salão do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), e contou com a presença de diretores de Escolas Judiciais e da Magistratura de todo o Brasil.

Ao abrir o 50º Colégio das Escolas da Magistratura, o desembargador Marco Villas Boas, diretor da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) e presidente do Copedem, destacou a importância do aperfeiçoamento dos servidores e magistrados, refletido no trabalho prestado ao cidadão. “Nessa perspectiva de reivindicação que o Poder Judiciário evidentemente passa, e eu não poderia deixar de me referir a isso, o Copedem tem relevante papel, notadamente na última década, acerca do aperfeiçoamento dos serviços públicos do Poder Judiciário e da alta qualidade da jurisdição prestada por seus juízes de todo o Poder Judiciário Nacional, inclusive na jurisdição eleitoral, federal, militar e na Justiça do Trabalho com o qual atuamos cooperativamente durante mais de uma década”.

As demais atividades aconteceram na sede da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), onde foram realizados os painéis e círculos de debates que trataram sobre o tema central “Requisitos Legais e Normativos para o Credenciamento das Escolas de Governo”.

Ao abrir os trabalhos do dia 29, o desembargador Marco Villas Boas, diretor da Esmat lembrou da trajetória da construção do laboratório do Copedem na Esmat, projeto implantado em 2010. “Chamaram-me de um sonhador. Mas, sabíamos que era possível fazer algo muito além para a educação deste Estado. Nós tínhamos uma longa jornada para vencer. Enfrentamos e ainda labutamos com muita dificuldade, enquanto lembramos que a pesquisa precisa ser de cunho judicial, pois ela restrita somente na academia não serve de nada.” Na oportunidade, Villas Boas ainda ressaltou as histórias do pioneirismo tocantinense. Ao referenciar livros sobre o Tocantins e seus rios, o magistrado destacou as peculiaridades regionais, em especial as suas belezas naturais e festas culturais e convidou a todos a conhecerem o Estado.



O primeiro Painel foi apresentado pelo professor doutor Luiz Roberto Liza Curi, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), que discorreu sobre as diversas questões que perpassam a educação superior no Brasil. Segundo Liza Curi, o critério de avaliação das instituições educacionais de ensino superior deve promover uma maior aproximação por meio da comunicação com a sociedade. "A Universidade brasileira é uma das melhores do mundo, mas ela não sai de dentro dela. Governo e Estado não punem instituições que não possuem compromisso com a sociedade brasileira". O professor apontou também os fatores que envolvem o desenvolvimento das instituições de ensino superior e a sua relação estreita com o desenvolvimento nacional. E ainda lembrou que o processo de expansão do ensino superior no Brasil precisa ser repensado, voltado para recursos humanos. "Autonomia chama menos atenção do que um êxito profissional futuro. Isso precisa ser modificado por que não há como o país crescer sem política institucional, não há solução pra isso".

Em seguida, os doutores Patrícia Medina e Gustavo Paschoal, professores do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT), apresentaram dados da pesquisa que realizaram sobre a Educação Jurisdicional e a Função Social do Poder Judiciário no Estado do Tocantins. Os professores fizeram uma apresentação do artigo defendido na Faculdade de Coimbra em Portugal sobre a educação como um facilitador da Justiça e referenciaram dados do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos da Esmat, a partir do ano de 2014. O levantamento apontou alto teor de retorno social promovido pelo ensino da Escola da Magistratura Tocantinense. De acordo com os professores, todos os produtos finais do mestrado precisam demonstrar que terão efetividade no sistema jurisdicional com aplicabilidade prática. "Planejamento estratégico é ter uma visão de futuro e isso está nas paredes desta casa", disse Patrícia Medina após apresentar as estatísticas educacionais da Esmat.





A manhã de atividades foi marca para realização da eleição da nova mesa diretora do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais de Magistratura (Copedem). A Chapa Consolidação foi aclamada por unanimidade pelos participantes do Encontro, trazendo em sua Diretoria Executiva como presidente o desembargador Marco Villas Boas (Escola Superior da Magistratura Tocantinense), vice-presidente – Diretor Acadêmico de Cursos e Convênios Internacionais – o desembargador Jones Figueiredo Alves (Escola Judicial de Pernambuco) e vice-presidente – Diretor Administrativo – o desembargador Edvaldo Pereira Moura (Escola da Magistratura do Estado do Piauí).

Com o tema “Requisitos Legais e Normativos para Credenciamento das Escolas de Governo”, os painéis da programação da tarde abordaram os temas “Argumentação Jurídica, Racionalidade e Provas”, com o Juiz Tiago Gagliano Pinto Alberto, e “Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas”, ministrado pelo professor David Nadler, coordenador do Mestrado da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat). Já a consultora educacional Margarete Lazzaris Klels abordou o tema “Passo a passo para o Credenciamento das Escolas de Governo. “Nós ainda temos muito a fazer. Quebrar o paradigma da educação presencial ainda é um grande paradigma. Temos que pensar fora da caixa. É um formato, planejamento diferente. Estamos voltados para competências e práticas profissionais”, explicou.

Em seguida o presidente do Copedem, desembargador Marco Villas Boas, fez a leitura da leitura da Carta de Palmas, onde foram destacados o aprimoramento da prestação jurisdicional e o aperfeiçoamento de todos os profissionais do sistema de justiça, além da cooperação com as escolas associativas, universidades e escolas judiciais brasileiras.

“Podemos pensar no Copedem como um grande cooperador das escolas e tribunais brasileiros. Na concepção dos objetivos, pretendemos mostrar para todas as escolas que estiveram aqui os produtos que temos em desenvolvimento na Escola Superior da Magistratura Tocantinense. Nos reunimos para entregar uma prestação judicial de excelente qualidade para a população”, afirmou Villas Boas, ao encerrar as atividades do Encontro.



Relatório de Atividades

ORDEM	CURSOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	12	39
2	ANÁLISE DE PONTOS DE FUNÇÃO: MEDIÇÃO E ESTIMATIVA DE SOFTWARE	16	12
3	APERFEIÇOAMENTO PARA CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS – TURMA II	20	97
4	ATUALIZAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO E FORMAÇÃO TÉCNICA DE PREGOEIRO – A NOVA SISTEMÁTICA INTRODUIDA PELO DECRETO 10.024/2019	24	30
5	AUTOCONHECIMENTO E ENEAGRAMA – TURMA II	48	49
6	AUTOCONHECIMENTO E ENEAGRAMA – TURMA III	48	47
7	AUTOCONHECIMENTO E ENEAGRAMA – TURMA IV	48	49
8	CAPACITAÇÃO NO MANUAL ESCALA HARE PCL-R	16	22
9	CERTIFICAÇÃO DIGITAL I – CONCEITOS E RECURSOS	16	15
10	CERTIFICAÇÃO TÉCNICA DA CIP 92200	16	10
11	CERTIFICAÇÃO TÉCNICA SOFTWARE CALL CENTER DIRECTI INTELBRAS	16	10
12	COMPRASNET E SIASGNET – COMPRAS GOVERNAMENTAIS	16	15

13	COMUNICAÇÃO E JUSTIÇA	40	18
14	CRIMES CIBERNÉTICOS	34	26
15	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR JUDICIAL- TURMA GURUPI	100	32
16	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR JUDICIAL-TURMA ARAGUAÍNA	100	32
17	CURSO BÁSICO DE FORMAÇÃO DE MEDIADOR JUDICIAL-TURMA PALMAS	100	32
18	CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA CORPORATIVA	80	131
19	CURSO BÁSICO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – MÓDULO I	60	154
20	CURSO GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS, INSTRUMENTOS DE CONTROLE E ENCERRAMENTO DOS CONTRATOS DE ACORDO COM A IN 05/2017, INCLUINDO SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	28	40
21	DEPOIMENTO ESPECIAL – TEORIA E PRÁTICA – TURMA I	30	20
22	DEPOIMENTO ESPECIAL – TEORIA E PRÁTICA – TURMA II	30	20
23	DEPOIMENTO ESPECIAL – TEORIA E PRÁTICA – TURMA III	30	20
24	DESENVOLVEDOR QLIK SENSE ANALISE DE INFORMAÇÕES E ARQUITETURA DE DADOS – TURMA II	32	5
25	DESENVOLVEDOR QLIK SENSE ANALISE DE INFORMAÇÕES E ARQUITETURA DE DADOS – TURMA I	32	5



26	EDUCAÇÃO DIGITAL PARA SERVIDORES	8	30
27	EDUCAÇÃO FINANCEIRA E INVESTIMENTOS	61	217
28	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA, PROJETO BÁSICO E PESQUISA DE MERCADO NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA (IN) SLTI Nº 5/2014	24	24
29	ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS: COM NOÇÕES DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS	16	32
30	FORMAÇÃO DE EXPOSITORES DA OFICINA DE PARENTALIDADE E DIVÓRCIO	12	110
31	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA III – ARAGUAÍNA	105	24
32	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA III – GURUPI	105	22
33	FORMAÇÃO DE FACILITADORES RESTAURATIVOS – TURMA III – PALMAS	105	25
34	FORMAÇÃO DE FORMADORES – TURMA III	120	49
35	GESTÃO DE PESSOAS	24	48
36	GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA – ARAGUAÍNA	24	48
37	GESTÃO PARA RESULTADOS	24	29
38	IMPLEMENTAÇÃO DE CONTROLES INTERNOS COM BASE NA ESTRUTURA COSO	20	35

39	INTERMEDIÁRIO DE REVIT	70	9
40	JOGO DE CONTRATAÇÕES – TURMA I	16	23
41	JOGO DE CONTRATAÇÕES – TURMA II	16	24
42	LÍNGUA PORTUGUESA – A ARTE DE ESCREVER BEM	30	62
43	Md100 – WINDOWS 10	40	15
44	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NO SISTEMA E-PROC – TURMA II	70	279
45	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O DEPOIMENTO ESPECIAL E ESCUTA ESPECIALIZADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SISTEMA DE JUSTIÇA	20	526
46	NOVO SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO (SNA)	8	34
47	O PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA PERÍCIA PSICOLÓGICA JURÍDICA	20	109
48	PADRONIZAÇÃO DA AUTUAÇÃO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – TURMA I	10	15
49	PADRONIZAÇÃO DA AUTUAÇÃO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – TURMA II	10	15
50	PADRONIZAÇÃO DA AUTUAÇÃO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR – TURMA III	10	21
51	PERÍCIAS JUDICIAIS E COMUNICAÇÃO JURÍDICA	80	30



52	PRESERVAÇÃO DA VIDA E DIREÇÃO DEFENSIVA E EVASIVA	56	25
53	PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	24	20
54	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EM GOVERNANÇA, COMPLIANCE E RISCOS PARA O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS	24	27
55	QAP – QLIK PLATAFORMA ANALYTICS	16	5
56	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	24	50
57	REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS À LUZ DO DIREITO EMPRESARIAL E DO CONSUMIDOR	20	39
58	SECRETARIADO EXECUTIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COM FOCO ESTRATÉGICO	24	25
59	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 1	4	52
60	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 2	5	34
61	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 3	3	33
62	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 4	4	27
63	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 5	3	21
64	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 6	2	25

65	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 7	2	1
66	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 8	2	6
67	SEEU – ARAGUAINA – TURMA 9	2	1
68	SEEU – GURUPI – TURMA 1	4	34
69	SEEU – GURUPI – TURMA 2	5	29
70	SEEU – GURUPI – TURMA 3	3	30
71	SEEU – GURUPI – TURMA 4	4	30
72	SEEU – GURUPI – TURMA 5	3	22
73	SEEU – GURUPI – TURMA 6	2	10
74	SEEU – GURUPI – TURMA 7	2	6
75	SEEU – GURUPI – TURMA 8	2	11
76	SEEU – GURUPI – TURMA 9	2	9
77	SEEU – PALMAS – TURMA 1	4	44
78	SEEU – PALMAS – TURMA 2	5	44



79	SEEU – PALMAS – TURMA 3	3	40
80	SEEU – PALMAS – TURMA 4	4	39
81	SEEU – PALMAS – TURMA 5	3	52
82	SEEU – PALMAS – TURMA 6	2	38
83	SEEU – PALMAS – TURMA 7	2	15
84	SEEU – PALMAS – TURMA 8	2	20
85	SEEU – PALMAS – TURMA 9	15	3
86	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA I	16	18
87	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA II	16	29
88	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA III	3	25
89	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA IV	3	13
90	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA V	3	23
91	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA VI	3	12

92	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA VII	24	15
93	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) – TURMA VIII	3	30
94	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU) MATERIAL DISPONÍVEL	100	163
95	SISTEMA GPWEB	8	14
96	SISTEMA GPWEB – TURMA II	8	9
97	TÉCNICA DE COLETA DE PROVA ORAL	24	40
98	TÉCNICA LEGISLATIVA	12	30
99	TELEFONIA IP	56	9
100	TEORIA GERAL DO DIREITO DAS RELAÇÕES PRIVADAS	45	7
ORDEM	EVENTOS	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	17º CONGRESSO BRASILEIRO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR DE DIREITO AMBIENTAL COM O TEMA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO AMBIENTAL	18	301
2	4ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO - MESA REDONDA: TIRE SUAS DUVIDAS SOBRE COMO TER UMA VIDA SAUDÁVEL E COM QUALIDADE DE VIDA	6	52
3	4ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO - VOCÊ SE CONHECE? AS EMOÇÕES HUMANAS INFLUENCIANDO SEUS RELACIONAMENTOS INTERPESSOAIS	6	184



4	4ª SEMANA DE SAÚDE DO PODER JUDICIÁRIO - WORKSHOP “ADOECIMENTO PSÍQUICO: O QUE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO TEM A VER COM ISSO?”	6	52
5	DIA DO SERVIDOR PÚBLICO NO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS – PALESTRA A ÚNICA COISA QUE SEPARA VOCÊ DOS SEUS SONHOS SÃO SUAS DECISÕES	2	300
6	DIA DO SERVIDOR PÚBLICO NO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS – PALESTRA A ÚNICA COISA QUE SEPARA VOCÊ DOS SEUS SONHOS SÃO SUAS DECISÕES	2	241
7	DIA DO SERVIDOR PÚBLICO NO PODER JUDICIÁRIO DO TOCANTINS – PALESTRA EQUILÍBRIO DAS EMOÇÕES RECONHECIMENTO E GESTÃO DAS EMOÇÕES A PARTIR DO QUADRO DAS 12 EMOÇÕES PRIMÁRIAS, COM BASE NA TEORIA PSICOEVOLUCIONÁRIA DAS EMOÇÕES DE ROBERT PLUTCHIK E PAUL EKMAN	2	227
8	FÓRUM JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – TOCANTINS (EAD)	8	199
9	FÓRUM JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – TOCANTINS (PRESENCIAL)	8	822
10	I SEMINÁRIO DE CIDADANIA DO TOCANTINS	8	465
11	I WORKSHOP ESTADUAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS	8	68
12	III SEMINÁRIO JUSTIÇA RESTAURATIVA E II ENCONTRO FACILITADORES RESTAURATIVOS	8	203
13	III SEMINÁRIO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS E IV ENCONTRO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS (CEJUSCS)	8	285
14	IX CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS COM O TEMA JURISDIÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA LUSO-BRASILEIRA – EDIÇÃO COIMBRA	5	84
15	IX CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIREITOS HUMANOS COM O TEMA JURISDIÇÃO E DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA LUSO-BRASILEIRA – EDIÇÃO LISBOA	12	102

16	O PROTAGONISMO DO ESTÁGIO NA CARREIRA JURÍDICA	4	107
17	OFICINA DE ELABORAÇÃO DE NOTAS TÉCNICAS E USO DO SISTEMA E-NATJUS	8	16
18	OFICINA PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	31	35
19	PALESTRA PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA	3	80
20	PALESTRA SAÚDE E DOENÇA OCUPACIONAL: COMO TRABALHARMOS ESSA CAUSA?	3	116
21	SEMINÁRIO CONTROLE SOCIAL, ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO	4	294
22	SEMINÁRIO INTERNACIONAL XIV – DIÁLOGO AMBIENTAL, CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL	10	257
23	V FÓRUM TOCANTINENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10	214
24	VI FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA PROTETIVA – FONAJP	10	124
25	WORKSHOP "ALINHAMENTO DE METAS COM FOCO PARA GABINETE"	16	50
26	WORKSHOP "LEGISLAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA CREDENCIAMENTO EAD"	6	15
27	WORKSHOP "MESTRADO PROFISSIONALIZANTE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS" – TURMA II	10	12
28	WORKSHOP "PRODUTIVIDADE X RELACIONAMENTO X SAÚDE OCUPACIONAL, É POSSÍVEL TER TUDO ISSO AO MESMO TEMPO?"	24	9



29	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?” – TURMA I	15	23
30	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?” – TURMA II	15	25
31	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?” – TURMA III	15	33
32	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?” – TURMA IV	15	32
33	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESSES PROPÓSITOS?” – TURMA I	5	25
34	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESSES PROPÓSITOS?” – TURMA II	5	29
35	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESSES PROPÓSITOS?” – TURMA III	5	29
36	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO CONCILIAR ESSES PROPÓSITOS?” – TURMA IV	5	35
37	WORKSHOP PARA ESTAGIÁRIOS “SUCESSO: RESILIÊNCIA E PROPÓSITO” ARAGUAÍNA	28	72
38	X CONGRESSO DH – CINEDEBATE	4	29
39	X CONGRESSO DH – MINICURSO 1 – A DIGNIDADE E O BEM-ESTAR ANIMAL COMO ÓRBITA DOS DIREITOS HUMANOS	4	19
40	X CONGRESSO DH – MINICURSO 2 – DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA AO GARANTISMO PENAL: ANÁLISES MACROSSOCIOLÓGICAS SOBRE O FENÔMENO DA CRIMINALIDADE E DA REINserÇÃO SOCIAL	4	21
41	X CONGRESSO DH – MINICURSO 3 – DIREITOS HUMANOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA	4	53

42	X CONGRESSO DH – MINICURSO 4 – O ENFRENTAMENTO DAS FAKE NEWS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO	4	49
43	WORKSHOP “SAÚDE OCUPACIONAL, QUALIDADE DE VIDA E INTELIGÊNCIA EMOCIONAL: COMO ANDAR JUNTAS?” – TURMA II	20	982
44	XXIV FÓRUM NACIONAL DA JUSTIÇA JUVENIL – FONAJUV	10	124
ORDEM	PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	ESTADO DE DIREITO E COMBATE A CORRUPÇÃO – TURMA II	362	73
2	PRÁTICA JUDICIÁRIA – TURMAS: ARAGUAÍNA/GURUPI/PALMAS – TURMA II	465	72
3	DIREITO PRIVADO	360	51
ORDEM	PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	CARGA HORÁRIA	MATRICULADOS
1	MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA VI	600	24
2	MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA VII	600	25
3	MESTRADO EM PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS – TURMA VIII	600	26
4	MESTRADO EM MODELAGEM COMPUTACIONAL DE SISTEMAS	600	20
5	DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL	780	11

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE

 esmat.tjto.jus.br

 esmat@tjto.jus.br

 (63) 3218-4256





**ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE**